ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 46 — Série VII — N.º 133
2 de Setembro de 1976

Preço: 5$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º – Tels. 76 97 05 - Telex - 13411 – Composição e Impressão - Heska Portuguesa - Distribuição –CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

Editorial

AUTARQUIAS LOCAIS – UM COMBATE DEMOCRÁTICO A TRAVAR

Antes que termine o ano em curso uma nova e importante batalha política vai travar-se – a das eleições para os órgãos de Poder local, como determina a Constituição. Com ela ficará completa a institucionalização do Estado democrático português.

Nesta importante batalha pelas autarquias locais estarão em jogo questões fundamentais do nosso processo revolucionário. Nela vão defrontar-se mais uma vez, por meio do voto, as forças do progresso político e social e as do retrocesso e da reacção; as que querem defender e consolidar as grandes conquistas da revolução e as que se obstinam em destruí-las; as que se empenham em construir um Portugal democrático a caminho do socialismo e as que sonham com o restabelecimento do Poder dos monopólios e com a sua expressão política mais brutal e acabada – o fascismo. *(Continua na pág. 2)*

Em vários pontos do país continuam a realizar-se diversas iniciativas destinadas a promover a grande Festa que se aproxima. É preciso que estas iniciativas se multipliquem!

FESTA NA FIL NO PRÓXIMO SÁBADO

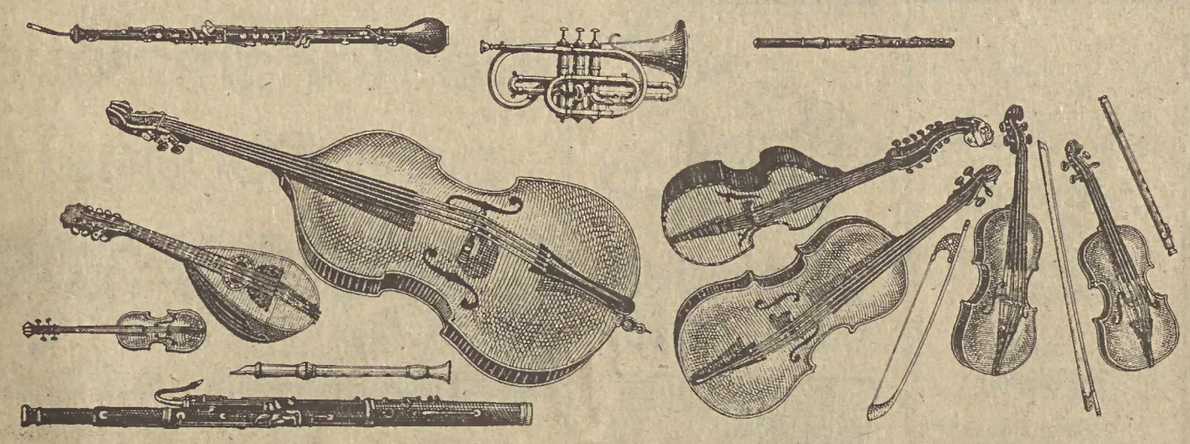
É já no próximo sábado que se realiza na FIL, às 21 e 30, a Festa no decorrer da qual se efectuará o 2.º sorteio das EPs, cuja lista de brindes publicamos na pág. 8.

Haverá uma intervenção política, a cargo do camarada JAIME SERRA, membro da Comissão Política do Comité Central.

Na parte artística actuarão, entre outros, CARLOS PAREDES, LUÍSA BASTO, FERNANDO TORDO, ARY DOS SANTOS, o CONJUNTO «OS VERMELHOS», PAULO DE CARVALHO e PEDRO OSÓRIO.

Sábado à noite, na FIL, viver-se-á o último «ensaio geral» antes do grande acontecimento dos próximos dias 24, 25 e 26.

A entrada é gratuita.



A música clássica na Festa do «Avante!»

Continuamos hoje a divulgar os nomes dos artistas que participarão na Festa do «Avante!». Revelamos alguns dos intérpretes de música clássica a qual, conforme anunciamos, terá um lugar de destaque nesses dias de entusiasmo e alegria que se aproximam. E para a semana há mais! Outros géneros musicais, artistas portugueses e de muitos outros países, serão no próximo número revelados aos nossos leitores!

Páginas centrais

DELEGAÇÃO DO PCP EM MOÇAMBIQUE

Regressou de Maputo a delegação do PCP que, no quadro das tradicionais relações de amizade entre o PCP e a FRELIMO, efectuou uma visita à República Popular de Moçambique.

A delegação do PCP, que foi chefiada por Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central, foi recebida pelo Presidente da República Popular de Moçambique e da FRELIMO, camarada Samora Machel, e realizou encontros com uma delegação da FRELIMO, chefiada pelo camarada Marcelino dos Santos, Vice-Presidente da FRELIMO.

Durante esses encontros, as duas delegações procederam a uma ampla troca de informações sobre a situação nos respectivos países e examinaram as perspectivas de ampliação e reforço das relações entre o PCP e a FRELIMO, e bem assim, do desenvolvimento das relações de amizade entre os povos de Portugal e Moçambique.

As conversações entre o PCP e a FRELIMO decorreram no ambiente de calorosa amizade e de fraternal solidariedade revolucionária que caracterizam as relações entre os dois partidos.

Ler na pág. 3 uma entrevista com o camarada Carlos Costa.

Ler nas págs. interiores:

- **Reforçar a Central única através da unidade do movimento sindical**
- **O preço das relações com Pequim**
- **"A Luta", os "círculos" e as "fontes"**
- **Os saneamentos do dr. Cardia**
- **Açores: a institucionalização da democracia e o imperialismo**

OS COMUNISTAS NA VANGUARDA DA SOLIDARIEDADE ACTIVA AOS QUE FAZEM A REFORMA AGRÁRIA

Pág. 12

VIETNAM UNIDO: O FRUTO DE 30 ANOS DE LUTA HERÓICA

Pág. 9

Editorial

AUTARQUIAS LOCAIS — UM COMBATE DEMOCRÁTICO A TRAVAR

(Continuação da pág. 1)

Mais do que nenhum outro dos órgãos de Poder previstos na Constituição, já instituídos por sufrágio popular, as autarquias locais (freguesias e concelhos) são células básicas das mais representativas da democracia política. Cerca de 90 000 portugueses de um conjunto de mais de 6 milhões de eleitores inscritos vão ser chamados a gerir as instituições locais e pela primeira vez Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais terão a suportá-las órgãos de larga representação popular igualmente eleitos pelo Povo.

Saber quem podemos e quem devemos pôr à frente destes órgãos de Poder local é uma questão de suma importância para a dinamização da vida local e a solução dos problemas cruciais das populações.

* * *

A lei eleitoral para as autarquias locais, ainda não promulgada, tem de ser assim um primeiro instrumento de larga participação popular e democrática na administração local, garantindo às populações a livre escolha dos seus representantes às Assembleias de Freguesia, às Assembleias e Câmaras Municipais.

O projecto de lei conhecido, se acabasse por ser imposto por uma maioria de direita, com o PS, na Assembleia da República, excluíria logo à partida, do acto eleitoral, de maneira discriminatória e automática, muitas centenas de milhares de portugueses não só como cidadãos eleitores mas até como candidatos à eleição.

O conteúdo progressista da Constituição seria falseado se fosse mantida a base numérica de proposição das candidaturas previstas no projecto de lei e se, por outro lado, fosse ainda baixado o número mínimo de cidadãos a eleger para os órgãos de Poder local.

O projecto de lei actual, a ser imposto sem as alterações que um mínimo de moralidade exige, seria um aborto de democracia, contrário ao espírito da Constituição, que cobriria de vergonha o Partido Socialista, o seu Governo e o seu grupo de deputados se se aliassem ao PPD e ao CDS numa tal iniciativa antidemocrática.

* * *

E é numa perspectiva de luta contra a direita reaccionária, contra o caciquismo fascista, que todos os amantes da democracia e da liberdade devem encarar as próximas eleições para as autarquias locais.

Os interesses superiores da defesa e consolidação da liberdade política e das restantes conquistas da revolução de Abril, perante a ofensiva declarada das forças reaccionárias contra o processo democrático, impõem o reforço e alargamento do movimento popular de massas, principalmente das estruturas populares unitárias, e a conjugação de esforços e vontades de todos os democratas e antifascistas portugueses dentro de uma larga perspectiva unitária para a eleição dos órgãos de Poder local.

As classes trabalhadoras da cidade e do campo são a parte mais ampla e representativa da população portuguesa. São por isso mesmo as mais interessadas na plena democratização da vida nacional e as que mais sofrem das carências de um sistema de administração local ainda fortemente marcado pelo caciquismo fascista.

Cabe-lhes por isso um papel primacial na ossatura de uma larga frente política de massas que enfrente no plano das eleições para as autarquias locais a ofensiva das forças da reacção.

Os partidos da direita reaccionária compreendem a importância que teria para eles uma vitória nas eleições dos órgãos de Poder local. Por isso se organizam, se mobilizam e se entendem, para alargarem as posições que já detêm em vastas zonas do País e influenciarem, pelo aumento do seu peso eleitoral nas autarquias, as suas pretensões à hegemonia do Poder.

Estas desmedidas ambições são favorecidas pelas posições dúbias do PS, pela sua teimosia em repelir as alianças com as forças de esquerda e pela sua chantagem política de pôr fim ao seu governo minoritário — como quem diz, de o passar às mãos da direita reaccionária — no caso de a sua votação nas autarquias locais ser inferior a 38 por cento. (Convém esclarecer que o PS nas eleições para a Assembleia da República não teve nada 38 mas 34,9 por cento da votação...)

E se o PS, como tudo indica, vai de novo às eleições sozinho — quando a própria lei prevê a formação de coligação de partidos — os democratas e antifascistas, os trabalhadores comunistas, socialistas e sem partido, devem tirar daí conclusões práticas e imediatas e buscar em conjunto as soluções unitárias para erguer uma sólida barreira contra as pretensões hegemónicas da direita.

O PCP está aberto a um largo entendimento entre todos os democratas e antifascistas que se disponham a unir esforços para fazer triunfar a democracia e a própria ideia da revolução.

Socialistas, comunistas e outros democratas de esquerda podem entender-se no plano local e regional, numa base de vantagens recíprocas contra os partidos da direita, podem enfrentar e vencer o caciquismo fascista, lá onde o 25 de Abril ainda não chegou.

* * *

Para esse necessário entendimento não há tempo a perder. As forças democráticas enfrentam não somente a ofensiva da direita reaccionária para se apossarem de novo do Poder como o trabalho divisionista dos aventureiros de esquerda, que sob a falsa capa da unidade popular — os GDUPs — fazem de facto o jogo dos partidos da direita.

Os GDUPs, mais propriamente a UDP/PCP(R), estão tacitamente ou mais do que isso aliados ao PPD, ao CDS e aos socialistas de direita na base do anti-sovietismo, dos compromissos com o maoísmo, e da sua posição comum contra a República Popular de Angola e o seu legítimo governo do MPLA.

Da mesma forma que os grupelhos neonazis do MRPP, AOC/PC de P (ml) desempenharam historicamente o seu papel divisionista e se desmascararam totalmente como serventuários da reacção, os GDUPs suscitam agora as atenções e o solícito carinho dos partidos da direita, com vistas à sua luta contra os comunistas e todos os democratas e antifascistas mais consequentes.

As eleições para as autarquias locais exigem uma rápida clarificação de posições por parte das forças de esquerda para que esse largo entendimento seja possível e se realize a tempo.

Isolados não haverá qualquer possibilidade de representação de acordo com a sua força real.

* * *

Os comunistas têm de estar na primeira linha do grande combate unitário a travar para as eleições dos órgãos de Poder local.

Todo o PCP tem de ser ganho, e sê-lo-á, para a importância deste novo combate pela liberdade e democracia em Portugal.

OS SANEAMENTOS DO DR. CARDIA

O sr. dr. Sottomayor Cardia, que desde que é ministro da Educação se tem destacado pelas nomeações que tem feito e pelas exonerações que tem ordenado, afirmou recentemente a um órgão de informação que as referidas exonerações, que com uma implacável exactidão têm recaído sobre democratas nomeados para os cargos após o 25 de Abril, não podiam de forma alguma ser designadas por saneamentos. Mais especificou o novo ministro que os saneamentos eram uma acção muito respeitável que fez parte das necessidades do processo de democratização do nosso país e que as exonerações que ordenou se deviam exclusivamente às necessidades de execução de uma política de educação — que é a dele, sr. dr. Sottomayor Cardia, e do seu partido.

Este tipo de argumentação e a vaga de "revisões" de saneamentos que impera torna necessário que de novo se teçam sobre o assunto alguns considerandos.

É evidente que o facto de o sr. dr. Sottomayor Cardia (que aqui funciona apenas como exemplo, uma vez que não dispõe do triste exclusivo de readmitir fascistas saneados) mandar integrar novamente na função docente professores que foram durante os tempos de Salazar e Caetano esforçados divulgadores do obscurantismo não merece por parte do sr. ministro qualquer reparo, e quando merece vêm os responsáveis por tais readmissões refugiar-se em legalidades jurídicas, aplicações de leis, etc.

No essencial, parece necessário começar por definir o que é um saneamento.

Não nos vamos deter sobre os significados de dicionário, mas sobre o real significado político que a palavra adquiriu após o derrubamento do fascismo em Portugal.

Designou-se por saneamento a necessidade de afastar do aparelho de Estado e de outros centros de decisão elementos que pela sua ligação ao regime fascista não ofereciam quaisquer garantias de trabalharem harmoniosamente na construção de um país democrático.

Como é óbvio, isto corresponde a uma tomada de posição política e não a uma simples posição jurídica. O sr. Ramiro Valadão, por exemplo, foi julgado por ter praticado uma série de fraudes que, mesmo à luz da legislação fascista, eram crimes. Mas se o sr. Ramiro Valadão não tivesse pago jantares e orgias com os dinheiros da RTP, isto significaria que o sr. Ramiro Valadão poderia dirigir a TV após o 25 de Abril?

Como é óbvio, a resposta é não. E a clareza e concisão da resposta deriva da tomada de posição política do sr. Ramiro Valadão, que é fascista, e da dos militares e do povo português que fizeram o 25 de Abril — e que são democratas. A partir daqui a mais elementar das análises aponta para que um fascista não pode, não tem condições para dirigir a Televisão de uma democracia — tenha ou não roubado dinheiro.

É claro que a imoralidade, a corrupção, o caciquismo característicos da ditadura dos monopólios e agrários fazia da maioria dos quadros fascistas oportunistas sem escrúpulos e cada oportunista sem escrúpulos podia legitimamente aspirar a quadro fascista, mas seria uma miopia enorme esquecer que a questão fulcral é de carácter político. Trata-se efectivamente de assegurar a presença nos postos — sejam eles quais forem — onde a democracia se constrói de pessoas que ofereçam garantias de que querem construir a democracia. E, naturalmente, os indivíduos que eram responsáveis pela sustentação do edifício fascista não ofereciam condições para construir a democracia.

Como é ainda evidente (surpreendente como se torna necessário alinhar evidências por causa do sr. ministro da Educação), este critério do saneamento não pertence apenas às forças progressistas. Repita-se, trata-se de uma questão política. E os políticos fascistas que edificaram o Estado ao serviço dos Mellos, dos Champalimauds e da minoria de exploradores sanearam ao longo de 48 anos os postos onde o fascismo tinha de ser defendido.

Diga-se pois e em resumo que os fascistas saneiam os democratas que não oferecem garantias de construir e defender o fascismo e que os democratas saneiam os fascistas que não oferecem garantias de construir e defender a democracia.

Ora o sr. dr. Sottomayor Cardia demitiu, exonerou, afastou, transferiu, etc., democratas que ocupavam postos importantes do aparelho de Estado. Segundo o sr. dr. Cardia, trata-se de uma questão de política, de aplicação de política — donde se conclui que o dr. Cardia entende que aquelas pessoas não podiam aplicar a política que ele vai aplicar.

Considerando o que antes vimos, isto é um saneamento. O dr. Cardia transferiu por motivos políticos pessoas que não lhe ofereciam garantias de aplicarem a sua política.

A questão que isto levanta é que é de uma meridiana clareza que tenham sido saneados, por exemplo, os reitores nomeados para as Universidades pelo fascismo: é fulgurantemente claro que eles não poderiam aplicar a política educacional do Estado democrático português. É de clareza igualmente meridiana que para os lugares responsáveis da Educação se nomeassem democratas que, comprovadamente, garantissem a sua adesão à democracia e à liberdade e que profissionalmente oferecessem garantias de poderem cabalmente desempenhar os seus cargos.

Ora, se o dr. Cardia entende que democratas nomeados para os lugares de fascistas saneados não podem aplicar a política do dr. Cardia, uma pergunta avoluma-se com a dimensão de uma resposta: que política vai aplicar o dr. Cardia que não pode ser executada por democratas?

Concluindo, e resumindo, assente-se no que segue:

1.º — O saneamento é o afastamento de uma pessoa de um cargo, por essa pessoa não oferecer garantias de aplicar uma política determinada.

2.º — O sr. dr. Cardia afastou diversos funcionários do ministério que lhe foi atribuído porque eles não poderiam aplicar a sua política.

3.º — Logo, o dr. Cardia saneou.

A segunda ordem de conclusões deriva do que segue:

1.º — Os fascistas saneiam os democratas para poderem assegurar um regime fascista.

2.º — Os democratas saneiam os fascistas a fim de poderem aplicar políticas democráticas.

3.º — O dr. Cardia saneou democratas.

Digamos então que o dr. Cardia não tenciona aplicar uma política que possa ser executada por democratas.

É por demais evidente e é por demais grave.

O POVO NÃO OS ESQUECERÁ

Passados dois anos sobre a sua morte, realizou-se no dia 29 em Ovar uma homenagem ao camarada Mário Ramos, combatente antifascista e militante comunista, promovida pela Comissão Concelhia de Ovar do nosso Partido.

Já no ano passado, os comunistas e outros democratas sinceros projectaram uma romagem à campa do camarada Mário Ramos, digno combatente pela causa popular. Porém a onda de violência terrorista desencadeada sobre os Centros de Trabalho do nosso Partido impediu a concretização daquele projecto. No passado domingo Mário Ramos foi finalmente evocado, com emoção, por cerca de cem camaradas e outros democratas que se concentraram no Centro de Trabalho de Ovar, que Mário Ramos ajudou a erguer com o seu trabalho e entusiasmo militante. Seguiu-se uma romagem à campa de Mário Ramos, tendo intervido os camaradas Henrique Neiva da organização do Partido em Ovar e Vasco Paiva da D.O.R.B.

Tal como foi referido nas intervenções, Mário Ramos encontra-se bem vivo no coração de todos os antifascistas que o recordarão sempre como exemplo na luta contra a recuperação capitalista, pela consolidação da democracia rumo ao socialismo.

MANUEL FIGUEIREDO

No funeral integraram-se dezenas de antifascistas e militantes comunistas.

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP apresentou à família enlutada sentidas condolências.

ARMANDO JOSÉ GOMES

Militante activo e dedicado ao nosso Partido, faleceu na madrugada do dia 30 de Agosto o camarada Armando José Gomes, conhecido na clandestinidade por "Serôdio".

Desde bastante jovem que militava nas fileiras do PCP, destacando-se por diversas vezes na sua luta clandestina.

Em 1940, foi preso por participar no movimento grevista, o que lhe valeu cinco meses de cadeia, primeiro no Aljube e depois em Caxias. Mais tarde, por volta de 1960 pertenceu ao secretariado da célula da Parry & Son, onde se destacou na organização dos trabalhadores.

Ultimamente militava na célula de Santa Engrácia, onde apesar de doente participou activamente no trabalho do nosso Partido.

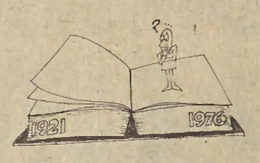
BENTO SOARES PAIXÃO

Natural de Aldeia Nova (Serpa) faleceu no passado dia 25 de Agosto o nosso camarada Bento Soares da Paixão.

Militante do nosso Partido há bastante tempo participava activamente no trabalho partidário desenvolvido em Carnaxide, onde residia.

Os camaradas que com ele contactavam diariamente não quiseram deixar de expressar publicamente o seu pesar pelo desaparecimento do companheiro que estimavam.

Tiragem média do "Avante!" durante o mês de Agosto : **71.530**



HISTÓRIA DO PCP E DO «Avante!»

Grande exposição!

Debates e troca de impressões entre os leitores e os redactores do «Avante!»

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

NA FESTA DO «Avante!»

NA FESTA DO «Avante!» A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO participará na festa!

«Stands» de células de empresas, de núcleos profissionais, de organizações regionais.

Feira das Indústrias

dias 24, 25 e 26 de Setembro

GRANDE BANCA DAS edições Avante!

SÁBADO DIA 4 NA FIL

ANTES E DEPOIS DA GRANDIOSA FESTA/SORTEIO DA EP VISITE A BANCA DAS EDIÇÕES «AVANTE!» E VEJA AS ÚLTIMAS NOVIDADES

VISITE O STAND DO Avante! na FEIRA POPULAR de Lisboa

*De Moçambique para Portugal

Tempo

Uma revista semanal Moçambicana com tudo sobre a República Popular de Moçambique

* É UMA DISTRIBUIÇÃO **CDL** E ENCONTRA-SE À VENDA NAS POPULARES LIVRARIAS **CDL**

Livraria 1.º de Maio – Praceta Portugal – Baixa da Banheira ● **Livraria Interlivro de Coimbra** – Terreiro da Erva, 6 - Coimbra ● **Livraria Bento de Jesus Caraça** – R. Alcarcova de Baixo, 13 - Évora ● **Livraria Popular de Faro** – R. 1.º de Dezembro, 13 - Faro ● **Livraria Interlivro** – R. Pedro Nunes, 9 - A Lisboa ● **Livraria Popular dos Olivais** – R. Cidade de Quelimane 3 C - Olivais Sul ● **Livraria «Avante!»** – R. de Avis, 26 - Porto

Tempo A REVISTA DO NOSSO TEMPO

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

MILITANTE (12 números)

CONTINENTE E ILHAS	
Via normal	70$00 ☐
Via aérea	85$00 ☐
OUTROS PAÍSES	
Via normal	90$00 ☐
Via aérea	175$00 ☐
EUROPA	
Via normal	90$00 ☐
Via aérea	120$00 ☐
ANGOLA, CABO-VERDE, GUINÉ-BISSAU, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR	
Via normal	90$00 ☐
Via aérea	150$00 ☐

todos os meses

REVISTA INTERNACIONAL

Revista dos Partidos Comunistas e Operários

Preço: 20$00

Assinaturas: CDL-Central Distribuidora Livreira Av. Santos Dumont 57-C — Lisboa 1

PARTIDO PROLETÁRIO DE NOVO TIPO

(A IMPORTÂNCIA MUNDIAL DO BOLCHEVISMO)

V.I. LÉNINE

edições Avante! PEQUENA BIBLIOTECA LÉNINE

de novo à venda

Pedidos a CDL Central Distribuidora Livreira – Av. Santos Dumont, 57-C-Lisboa 1

REFORÇAR A CENTRAL ÚNICA ATRAVÉS DA UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL

A Intersindical propôs a todos os Sindicatos discutir e votar em pé de igualdade a reestruturação da central única. As divergências quanto à organização do Congresso deverão ser resolvidas democraticamente em reunião geral de todos os sindicatos filiados ou não na Intersindical

A grande maioria dos sindicatos portugueses está filiada na Intersindical. Este é um facto que os trabalhadores conhecem e seria desnecessário chamar a atenção para ele, se a campanha contra a central única não fosse baseada em dados falsos e em deturpações grosseiras. Dos falsos dados vêm as falsas realidades e assim à realidade do divisionismo e da confusão que interessa às forças da recuperação capitalista a Intersindical Nacional viu-se forçada a opor, mais uma vez, a realidade dos factos verdadeiros, aquela que deve contar para todos os trabalhadores, numa altura em que a direita fomenta por todos os meios a quebra da unidade sindical.

Apenas para evitar que a luta pelo fortalecimento do movimento unitário continue a ser prejudicada por falsas polémicas entre sindicatos, ou direcções sindicais, que as várias orientações ou tendências não podem afastar da unidade, a Intersindical Nacional, repondo a verdade dos factos, afirma, num comunicado que "estão filiados na Central Única 190 Sindicatos (dos 342 existentes no país) representando cerca de 80 por cento dos trabalhadores sindicalizados".

Não foi com o objectivo de triunfar sobre esta ou aquela posição, que a Intersindical veio a público com esses números. Ao expor uma realidade que os trabalhadores conhecem, a Intersindical recorda a "campanha de grosseiras mentiras" que, pela insistência e pelos meios de que dispõe, pode ter eco nos trabalhadores menos conscientes ou esclarecidos.

Há forças empenhadas na recuperação capitalista que centram os seus ataques contra a unidade da classe operária, de que o movimento sindical unido é uma das expressões mais elevadas. Os fautores desta campanha divisionista assumem uma grave responsabilidade histórica perante as classes trabalhadoras.

Por conseguinte, forçoso é responder a essa campanha "com a verdade dos factos, pois quando se ataca pela calúnia a Central Sindical Única, os atingidos são todos os trabalhadores portugueses, qualquer que seja a sua opção ideológica. E a defesa intransigente dos interesses dos explorados que sempre tem norteado a nossa actuação exige que os trabalhadores sejam esclarecidos, que a verdade seja conhecida", acrescenta a Intersindical, no seu comunicado de 26 de Agosto findo, sobre o Congresso dos Sindicatos.

Àcerca da polémica que se gerou à volta desse Congresso e que a imprensa reaccionária e fascizante tem procurado envenenar falando de uma "ruptura" inexistente como se fosse já para amanhã a cisão do movimento sindical, a Intersindical repete várias vezes, no seu comunicado, que a resolução das divergências "deverá caber democraticamente à reunião geral de todos os Sindicatos".

Só com atitudes declaradamente divisionistas é que não se poderá transigir. Uma delas, e talvez a única que conta, resume-se ao facto de algumas direcções sindicais (as que subscreveram a "Carta Aberta" e reuniram recentemente em Coimbra 35 sindicatos, 18 dos quais filiados na Intersindical) pretenderem "não reconhecer a estrutura da Intersindical existente de facto e de direito".

Ora, "para a Intersindical o Congresso tem como fim a sua própria **reestruturação** (total ou parcial) e nesse sentido propôs aos Sindicatos da "Carta Aberta" uma Ordem de Trabalhos para o Congresso que permita **a todos os Sindicatos filiados ou não na Intersindical discutir e votar em pé de igualdade essa reestruturação**". Que mais se pode esperar dentro de uma actuação verdadeiramente democrática? Se os próprios Sindicatos subscritores da "Carta Aberta" reconhecem que não existe presentemente outra central a não ser a Intersindical não se compreende (dentro de uma perspectiva de unidade que dizem defender) a posição das direcções sindicais subscritoras da "Carta Aberta", que pretendem não reconhecer a estrutura sindical existente.

Por isso, a Intersindical lembra com toda a oportunidade o seguinte:

"Os trabalhadores não podem esquecer que o Ministério do Trabalho pediu a extinção judicial da Intersindical. A contestação da existência da Central Sindical Única, feita pelos Sindicatos da 'Carta Aberta' dá argumentos aos adeptos do 'pluralismo' para criarem outras centrais sindicais e coincide com a referida acção do Ministério do Trabalho, na medida em que permite ao Governo negar a representatividade da Intersindical e criar campo de manobra para aplicar a política que entender."

Mas o problema tem solução. Os dirigentes sindicais sabem que a Central Única tem de ser defendida através dos esforços para a unidade. São os trabalhadores que o exigem, pois não esquecem que os recuperadores capitalistas, esses, estão unidos na CIP e na CAP.

Assim, a Intersindical Nacional lembra que o facto de "ter proposto aos Sindicatos da 'Carta Aberta', para ordem de trabalhos do Congresso, a discussão e votação da Lei Sindical, a revisão dos Estatutos, o programa de acção e a eleição do novo Secretariado, é a prova mais clara de que o Congresso (...) com a participação de todos os sindicatos portugueses permite que todos os temas e problemas que os sindicatos da 'Carta Aberta' têm vindo a reclamar sejam debatidos, nomeadamente, a unicidade sindical, o direito de tendência, a composição dos órgãos directivos da central sindical".

Que mais se pode exigir para a realização de um congresso, aberto a todos os sindicatos?

O Congresso pode e deve ser um grande passo para a unidade e para o encontro de tendências diversas que não anulam os objectivos comuns de todos os trabalhadores comunistas, socialistas ou sem partido.

É preciso organizá-lo, pondo de lado tudo o que não sirva à luta pela unidade, representada, neste caso, pela Central Única dos sindicatos portugueses.

DELEGAÇÃO DO PCP EM MOÇAMBIQUE

A visita da delegação do PCP à República Popular de Moçambique significa um passo mais no desenvolvimento das relações fraternais com a FRELIMO, vanguarda revolucionária do povo moçambicano

As manifestações de amizade e o espírito de fraterninade que rodearam a delegação do nosso Partido chefiada pelo camarada Carlos Costa do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, durante a sua estadia na República Popular de Moçambique a convite da FRELIMO, são o testemunho das fraternas relações entre os dois partidos, do desejo mútuo de as desenvolver e da confiança comum com que trabalhadores de ambos os países se encaram como aliados nos mesmos objectivos de luta contra a exploração, pela independência e liberdade. Reflexo da grande repercussão política que teve esta visita da delegação do nosso Partido à República Popular de Moçambique é a importância atribuída ao acontecimento pela Imprensa moçambicana e pelo destaque dado às diversas entrevistas e declarações que o camarada Carlos Costa foi solicitado a conceder.

Numa breve entrevista o camarada Carlos Costa falou-nos, no momento da sua chegada, de alguns aspectos relacionadas com esta visita ao povo amigo moçambicano a convite da FELIMO.

"As relações entre a FRELIMO e o Partido Comunista Português guiaram-se e guiam-se pelos princípios do internacionalismo proletário. Estas relações e interesses comuns de ambos os Partidos vêm desde a fundação da FRELIMO. O PCP sempre considerou a FRELIMO como a única organização revolucionária do povo moçambicano, como a sua vanguarda na luta pela libertação. A FRELIMO sempre considerou o PCP como a única organização verdadeiramente revolucionária do Povo português, como a sua vanguarda revolucionária na luta contra o fascismo e o colonialismo, pela libertação dos trabalhadores portugueses. Antes do 25 de Abril, a FRELIMO e o PCP tinha objectivos comuns. A FRELIMO lutava contra o colonialismo e pela libertação de Moçambique, o PCP lutava contra o fascismo e o colonialismo português e pela libertação do nosso Povo. Desde essa altura que a nossa colaboração era mais ou menos estreita, aproveitando todas as possibilidades, apesar das dificuldades da luta que então se travava. Depois do 25 de Abril, nas novas condições políticas, as nossas relações têm vindo a estreitar-se constantemente. Verificamos que quanto melhor nos conhecemos, melhor nos compreendemos e com maior clareza vislumbramos os nossos objectivos comuns. A FRELIMO depois da Revolução em que conquistou a independência do seu país, dirige actualmente uma revolução social que tem como objectivo não somente a consolidação da independência mas também a libertação económica do povo moçambicano.

"AVANTE!" — Qual o objectivo da visita da delegação do nosso Partido à República Popular de Moçambique?

CARLOS COSTA — "O objectivo da deslocação foi a troca de informações sobre a situação em cada um dos respectivos países e a análise das possibilidades de desenvolvimento das relações entre os dois partidos e os dois povos. Quanto à informação que recebi sobre a situação política em Moçambique, temos razões para estar absolutamente confiantes na vitória do povo moçambicano dirigido pela FRELIMO, sua vanguarda revolucionária. Naturalmente que há dificuldades, mas estas estão a ser encaradas com objectividade e tomam-se medidas que permitirão ultrapassá-las. Toda a gente sabe que o imperialismo conspira contra a República Popular de Moçambique. Mas as forças progressistas portuguesas podem estar certas de que se as forças reaccionárias tentarem um novo assalto serão completamente derrotadas e que o Povo moçambicano conduzido pela FRELIMO, sob a direcção do camarada Presidente Samora Machel, saberá responder com decisão a todas as formas de sabotagem da sua luta. No que se refere às relações entre os dois Partidos creio que o resultado da nossa ida à República Popular de Moçambique permitirá alargar em múltiplos aspectos a colaboração entre a FRELIMO e o PCP. Esta colaboração tem-se intensificado e intensificar-se-à cada vez mais no futuro. Temos as relações mais fraternais, mais amigáveis com a FRELIMO e faremos tudo para que estas se tornem ainda mais estreitas.

"AVANTE!" — Um dos temas das conversações terá sido, naturalmente, o estreitar das relações entre os dois povos.

CARLOS COSTA — Tratámos também de vários aspectos das relações possíveis entre os dois povos. Naturalmente que estas serão sempre prejudicadas enquanto as relações entre os dois Estados não forem normais e de amizade. Pensamos que o Governo português, em nome dos interesses do nosso povo, devia fazer o esforço que lhe compete para normalizar as relações entre os dois Estados favorecendo assim as relações entre os dois povos. Mais do que normalizá-las compete ao Governo português esforçar-se por intensificar as relações com o Estado da República Popular de Moçambique. Se de algum modo pudermos ser úteis para o estabelecimento de relações normais entre o Estado português e o Estado moçambicano, não temos dúvidas em dar a nossa colaboração. De qualquer modo faremos tudo para que as relações entre os dois povos se ampliem e estreitem cada vez mais.

"AVANTE!" — Um dos aspectos da mútua cooperação que apresenta neste momento possibilidades de desenvolvimento é o envio de técnicos portugueses para Moçambique. Mas a reacção tenta dar a entender que estes não serão bem acolhidos...

CARLOS COSTA — Os técnicos portugueses serão bem recebidos em Moçambique. A República Popular de Moçambique precisa de técnicos e operários especializados. Mas é necessário que estes estejam dispostos a colaborar lealmente com a República Popular de Moçambique e não vão com espírito colonialista e de sabotagem à luta do povo moçambicano pela conquista total da sua independência. Serão pois muito bem recebidos os técnicos e operários especializados portugueses e a sua ida poderá contribuir para resolver alguns dos problemas de Moçambique e ajudar a construir a Revolução Moçambicana.

"AVANTE!" — Uma última questão: qual o ambiente em que decorreram as conversações entre as delegações da FRELIMO e do PCP?

CARLOS COSTA — O modo como fui recebido e correram as conversações com a delegação moçambicana dirigida pelo camarada vice-presidente Marcelino dos Santos, assim como a audiência concedida pelo camarada Presidente Samora Machel, decorreram do modo mais amistoso e fraternal. Samora Machel, e Marcelino dos Santos são grandes amigos do nosso Partido, grandes amigos do Povo português, grandes dirigentes do povo moçambicano e grandes dirigentes africanos.

FACIM 76: AS CONQUISTAS DOS TRABALHADORES PORTUGUESES PRESENTES NA RP DE MOÇAMBIQUE

Foi oficialmente inaugurada, no passado dia 29 de Agosto, pelo camarada Samora Machel, Presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique, a FACIM 76 — Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique.

A FACIM 76, que está aberta até 12 de Setembro, inclui *stands* que apresentam as várias actividades económicas da República Popular de Moçambique e ainda representações oficiais, sobretudo de países africanos e de países socialistas.

Nas circunstâncias presentes, em que o imperialismo multiplica os seus ataques à República Popular de Moçambique, a própria realização da Feira é uma vitória. Vitória, antes de mais, dos trabalhadores moçambicanos e da sua vanguarda, a FRELIMO, na frente de luta contra a sabotagem exterior vitória também na recuperação das empresas controladas pelo Estado e abandonadas pelos anteriores proprietários.

As grandes conquistas dos trabalhadores portugueses estão também presentes na FACIM 76.

Os cooperantes portugueses na República Popular de Moçambique organizaram um pavilhão na Feira e cederam-no às Unidades Colectivas de Produção, às cooperativas (agrícolas e não agrícolas) e às empresas controladas pelos trabalhadores.

No pavilhão, a CRA apresenta os produtos da nossa Reforma Agrária. Estão também presentes a MUNDET com produtos de cortiça, as cooperativas do ROXO com produtos alimentares enlatados, Unidades Colectivas ligadas às conservas de peixe, a COOPTEXTIL com fatos de trabalho e vestuário, a PLANOMETAL com ferramentas de trabalho, diversas cooperativas de industrialização de produtos agrícolas (conservas de frutos, compotas, produtos liofilizados), e um painel com as actividades da TECNIL – MOALI – TONUS e ainda a FEIS da Marinha grande com artigos de vidro.

No discurso que pronunciou na cerimónia de abertura da FACIM 76, o camarada Samora Machel, depois de saudar as representações oficiais presentes, teve palavras de apreço para as conquistas dos trabalhadores portugueses afirmando: "Estou certo também que compreenderão se sublinharmos a presença da representação das cooperativas portuguesas que materializa as relações de novo tipo que os nossos povos e países procuram estabelecer."

As novas relações que há que estabelecer entre os dois povos e entre os dois países são do interesse do povo português e do povo da República Popular de Moçambique. Estamos certos que pela sua parte, os trabalhadores portugueses tudo farão para que se aprofundem e desenvolvam essas novas relações.

«A LUTA», OS «CÍRCULOS» E AS «FONTES»

"A Luta" é uma publicação com formato de jornal que tem por costume e recreio publicar editoriais sobre temas políticos e a dignidade da Informação.

"A Luta" tem tomado posições muito peculiares ao longo da sua existência.

"A Luta" tem posições políticas.

"A Luta" tem pontos de vista políticos que aplica. Destes pontos de vista derivam posições políticas que ao longo da existência da publicação se têm caracterizado por um anticomunismo cavernícola. Para aplicar o referido anticomunismo, "A Luta" tem de utilizar métodos jornalísticos e redactoriais dignos das posições que divulga. Recorre para tanto — e como é natural — ao catálogo por demais estafado, mas sempre rendoso, dos seus confrades subsidiados e peso de dólares, marcos e florins — com os quais, naturalmente, "A Luta" só tem em comum os métodos e as posições.

É assim que as "fontes bem informadas" que jorram informações em catadupas, os "círculos próximos de" que fazem rolar inconfidências preciosas constituem para "A Luta" a origem por eleição das afirmações que faz. O peculiar é que as informações assim laboriosa e anonimamente conseguidas por "A Luta" correspondem invariavelmente às afirmações que "A Luta" faz e ao anticomunismo que "A Luta" apregoa.

As "fontes" e os "círculos" de "A Luta" acrescentam assim à característica de anónimos a de reaccionários. E "A Luta" perde (talvez pelo facto de o não ter) precioso valor testemunhal que para as suas tiradas anticomunistas lhe proviria da autenticação das suas fontes e círculos.

O último exemplo que "A Luta" publicou referia-se a "fontes" e "círculos" que tinham descoberto que pelas fronteiras do Alentejo e do Algarve, através da Espanha, da *Guardia Civil* e dos *Carabineros*, partindo das herdades colectivas, de forma que as "fontes" e "círculos" não conseguiam concisamente explicar, comboios de camionetas, de camiões, de atrelados, levavam para Espanha, para Marrocos mesmo, atravessando o Mediterrâneo, toneladas e toneladas de cereais da Reforma Agrária, vendidos ao desbarato — por "eles". Não só, nesta exemplar notícia, as "fontes" e os "círculos" mantinham o seu monótono anonimato, mas quanto à indicação dos "autores" do "crime" se reduziam ao indispensável: "eles". "Eles agora mudaram de táctica", "eles levam", "eles vendem".

As "fontes" e os "círculos" só "viram" as camionetas de cereal, nada mais. "A Luta" também não viu nada e tem medo de levar às últimas consequências a torpe insinuação que deixa no ar.

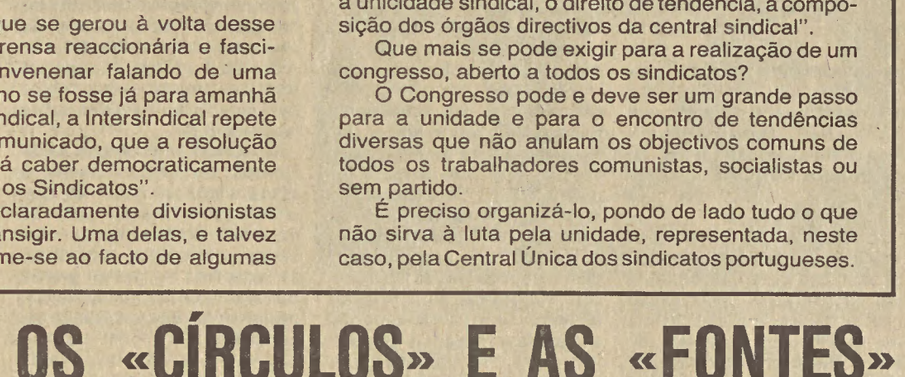
Na base de pseudo-informações, "A Luta" pretende que os camponeses do Alentejo vendem ao desbarato a colheita que saiu das suas mãos. Ao longo de um texto pateta e ignóbil, insinua que se está a defraudar o Estado não entregando cereal colhido. Tudo isto, como se insinua também, para evitar pagar um Crédito Agrícola que os ministros apoiados por "A Luta" negaram ao Alentejo da Reforma Agrária.

Mas "A Luta" não tem sequer a coragem de dizer que é aos camponeses alentejanos que se refere, não tem a coragem de dizer que é aos obreiros da Reforma Agrária que calunia. Esconde-se atrás de um "eles"!

Tudo isto para fazer esquecer que não foram tomadas medidas para armazenar trigo, tudo isto para tentar uma manobra de diversão, para fazer esquecer a incúria dos que sabotaram a Reforma Agrária ou que nela não acreditam e a combatem.

Jornalismo, isto?

Política, isto?



Quando a sua presença em Portugal, onde participaram nos trabalhos do Congresso Hegel, que recentemente se realizou nas instalações da Fundação Calouste Gulbenkian, as delegações da República Socialista da Checoslováquia e da República Democrática Alemã foram recebidas por Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP e Aboim Inglês, membro do Comité Central

O PREÇO DAS RELAÇÕES COM PEQUIM

Figuras de direita colocadas um pouco por todo o lado no PS (uma) PPD e CDS acompanhadas por autorizados embaixadores da AOC e do PC de P (m-l) fizeram recentemente, nessa qualidade, uma viagem à China. Já lá vai talvez um mês depois do regresso da comitiva, mas as sequelas do convite da direcção de Pequim ainda se fazem sentir numa interminável evocação do sr. Alfredo de Sousa (PPD) que explica no jornal "Expresso" como várias vezes lhes contaram, do fim para o princípio e do princípio para o fim, aquilo que queriam que ele escrevesse no regresso. Missão cumprida. E o mesmo se pode dizer do resto da comitiva, o que não constitui surpresa para quem conhecer por pouco que seja os anais da diversão anti-soviética e dos ataques ao movimento comunista internacional. Esses senhores foram à China porque ofereciam garantias estritas e inabaláveis de não dizerem uma palavra que fosse fora dos cânones do anti-sovietismo mais grosseiro e do anticomunismo de seita. O seu treino e as provas dadas, antes de irem à China, davam-nos até como capazes de irem mais longe no abuso e na manipulação da opinião pública do que os próprio lançadores de patranhas da direcção de Pequim.

A surpresa foi, pois, nenhuma. Mas não podemos deixar de frisar como é significativo ouvir da boca de um PS, de um PPD e de um CDS uma defesa tão bem ensaiada do maoismo.

O ridículo não os incomoda. Até foram à Televisão. E compreende-se: tratava-se de correr atrás de um naco espesso que dava inclusivamente para caluniar o PCP durante uns tempos, em tudo o que se imprime e projecta por aí os vómitos anticomunistas e anti-soviéticos na comunicação social.

O processo é, no fundo, rudimentar. Quem pretendem enganar os senhores do CDS, do PPD e do PS que foram à China? Os trabalhadores? Descontando, ainda assim, uma boa margem para o que da calúnia sempre fica, que melhor prova do que essa conjugação de esforços PS-PPD-CDS (mais o bando de que agora nos escapa o nome) precisariam os trabalhadores portugueses para perceberem de uma vez por todas de que lado está a direcção de Pequim e os seus convidados portugueses?

A política externa da direcção maoista é conhecida. Não vamos aqui gastar espaço com quem apoiou com armas, homens e dinheiro os agressores do povo angolano, com quem apoia activamente o fascismo chileno. Mas temos de registar um ponto e esse sim causa alguma surpresa. Trata-se das relações diplomáticas Lisboa-Pequim, ou dos passos nesse sentido anunciados pelo Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares.

Fazer coincidir a campanha de injúrias contra o PCP com uma intensificação dos contactos para estabelecer relações com Pequim é, no mínimo, autorizar com o peso do Governo essas injúrias e as que procuram atingir países com os quais o povo português mantém relações de amizade e cooperação.

Fica-se com a noção bem nítida de que a direcção maoista para consentir nos contactos com vista a estabelecer futuras relações diplomáticas com um país soberano, como é Portugal, exige (é o termo) uma prova bem concreta de que os portugueses abandonaram o processo revolucionário rumo ao socialismo.

Quere-nos, porém, parecer que essas relações terão de esperar. Pequim não está ainda satisfeito. Só o estará quando e se a contra-revolução tomar o Poder em Portugal. Então teremos toda a simpatia maoista como a tem, sem pedir muito, o fascista Pinochet.

Contrariar esses projectos é da nossa conta, é da conta de todos os trabalhadores portugueses, sobretudo quando o Presidente do Conselho afirma que a sua iniciativa de convidar uma delegação oficial chinesa a visitar o nosso País "surge, segundo "A Luta", na sequência da visita a Pequim de uma delegação de personalidades portuguesas" de que já falámos o suficiente.

O PCP nunca se opôs ao estabelecimento de relações diplomáticas com qualquer outro país, a China inclusive. Mas cabe perguntar: A quem cabe a responsabilidade da não existência de relações diplomáticas com Pequim? A resposta é simples: a culpa é de Portugal porque fez uma revolução democrática e tinha no Governo ministros comunistas, como se deduz das palavras do senhor Pedro Roseta, deputado do PPD, que também foi à China... Evidentemente.

QUEM SABOTA O TURISMO EM ALBUFEIRA?

Continua por solucionar a situação dos trabalhadores do aldeamento turístico Cerro Grande, em Albufeira, espoliados no seu salário e nas suas regalias.

Com efeito, a administração portuguesa, serventuária dos capitalistas ingleses, recusa-se a reconhecer o aldeamento como turístico para deste modo não pagar aos trabalhadores de acordo com o Contrato Colectivo de trabalho em vigor para a indústria hoteleira.

Enganando os trabalhadores da empresa, os administradores — que não se privam dos seus salários de vinte contos, com direito a apartamento de luxo e outras regalias — começaram por afirmar que a empresa estava em precária situação financeira e que os ordenados por inteiro (3300$00 que é quanto recebe a quase totalidade dos trabalhadores) não poderiam ser pagos, passando a pagar unicamente 1800$00, sem subsídio de férias ou décimo terceiro mês.

Esta situação manteve-se até Junho quando os trabalhadores, apoiados pelos seus dirigentes sindicais, reivindicaram à gerência o pagamento de todo o dinheiro em atraso e que a partir dessa altura a administração começasse a cumprir de facto o CCT da indústria hoteleira.

Como a gerência argumentasse que não possuia dinheiro e que a empresa não era considerada aldeamento turístico pelo que os trabalhadores não tinham direito ao CCT estes reuniram-se mais uma vez em plenário decidindo a formação de piquetes e a proibição dos administradores entrarem nos escritórios da empresa sem que primeiro o Ministério do Trabalho fizesse uma peritagem às contas da Cerro Grande. Nesta forma de luta os trabalhadores daquele aldeamento turístico contaram com o apoio decidido do seu Sindicato.

Após três semanas de discussões sem que se chegasse a acordo verificou-se a intervenção da GNR que acabou por retirar quando numa reunião efectuada ficou resolvido que o assunto seria levado ao conhecimento do Ministério do Trabalho.

Entretanto, como a situação se prolongue sem se vislumbrar qualquer solução os delegados sindicais da indústria hoteleira do concelho de Albufeira decidiram exigir o pagamento imediato aos trabalhadores assim como uma sindicância à escrita da Cerro Grande, até 8 de Setembro.

Caso não se verifique o cumprimento destas reivindicações propõem-se levar a efeito uma paralisação dos trabalhadores da indústria hoteleira.

CANTO LIVRE AMADOR NA FIGUEIRA DA FOZ

Maior Poema não há/ Do que aquele que nos dá/ a grande força do Povo/ que se levanta de novo.

Assim se inicia a canção vencedora do I Festival de Canto Livre Amador que se realizou no passado domingo no Salão da Associação Naval Estádio "José Bento Pesso[illegible]" Uma assistência numerosa e entusiasmada participou vivamente na realização do Festival.

O Júri, constituido por Cação Biscaia, Mário Berto, Vieira da Silva — que actuaria na segunda parte do Festival — e Joaquim Namorado Reflectir", pelo "Grupo [illegible]ervenção"; e o terceiro lugar para a canção "Festival da Primavera" também interpretada pela brigada "Dias Colelho".

Os jovens presentes consideraram o Festival como um acontecimento extraordinário de convívio e mobilização, destacando a importância da sua realização como estímulo aos jovens artistas que da canção de combate querem fazer uma arma ao serviço da Revolução e uma arte militante que sirva a democracia.

A "Brigada Dias Coelho" no decorrer da sua actuação

1.º de Maio, organizado pela União da Juventude Comunista da Figueira da Foz.

O Festival, integrado num Encontro Ditrital de Jovens Comunistas, integrou ainda um convívio no Centro de Trabalho da Figueira da Foz e provas desportivas disputadas no atribuiria os prémios às seguintes canções:

Em primeiro lugar a canção "Poema", com letra de um jovem estudante e música de um jovem pescador, interpretada pela brigada "Dias Coelho"; em segundo lugar, a canção "Nunca é Demais

UNIDADE DOS CIDADÃOS CONTRA A CALÚNIA

Repúdio generalizado pela difamação de que foi alvo o dr. Mário Canotilho

A provocação montada contra a dignidade e a integridade moral do dr. Mário Canotilho, para além do que a justiça ainda averiguará no sentido de punir os que lançaram a calúnia, foi severamente condenada por democratas de várias correntes políticas, numa sessão de repúdio efectuada no último sábado, no cinema de Pinhel, com a presença de perto de 400 pessoas, que se solidarizaram com os oradores para que seja completamente destruída a injúria segundo a qual aquele conhecido democrata estaria envolvido em crimes de fogo posto.

Começou, entretanto, a circular em Pinhel, Aimeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Trancoso e Vila Nova de Foz-Côa um abaixo-assinado sob o título "Unidade dos Cidadãos contra a Calúnia" que, em pouco tempo, recolheu para cima de 700 assinaturas de pessoas "dos mais diversos sectores políticos, amigos pessoais alguns, simples cidadãos outros" que, segundo o texto que antecede as assinaturas, acompanham o ofendido "como se qualquer deles fosse a vítima da calúnia lançada sobre o cidadão dr. Mário Canotilho e do ignóbil aproveitamento que alguma Imprensa reaccionária fez da calúnia e de todo este processo de perturbação social.

Exigindo que a Polícia Judiciária vá até ao fim com as averiguações, para se descobrir totalmente a rede de pessoas e de interesses que eventualmente se escondam atrás desta calúnia, já desmentida aliás em tribunal pelo acusado dos crimes de fogo posto, os signatários daquele documento de solidariedade e desagravo lembram ainda que "nunca restou a mínima dúvida em qualquer pessoa honesta, que conheça o dr. Mário Canotilho, de que se tratava de qualquer monstruosidade, derivada de razões próprias de desequilíbrio mental do rapazola caluniador, ou de uma maquinação ou sugestão sobre ele exercida para transmitir a oalúnia".

Os signatários, "que não querem e não devem interferir no curso das investigações", evitam mencionar no documento "quaisquer factos (...) que poderiam constituir pistas" de investigação, a fim de ser descoberto um "centro", pessoa ou organização a quem possam ser atribuídas responsabilidades morais pelo aparecimento da calúnia.

O dr. Carlos Alberto Vaz, que abriu a sessão no cinema de Pinhel, salientou, no entanto, que há uma máquina montada para o boato lançado contra o dr. Canotilho e o partido político a que ele se encontra ligado — o PCP, a que o advogado pertence há mais de trinta anos.

Nas outras intervenções, a cargo do eng. Armindo, dr. Fernando Lopes, personalidade ligada ao PS, e Felisberto Matos, em representação do MES, foram repudiadas as calúnias contra o dr. Mário Canotilho e exigida a punição dos caluniadores e "daqueles que andam a abusar do segredo de justiça". Os oradores enalteceram as qualidades morais e cívicas do democrata visado por uma calúnia inconcebível a que "nenhum homem honesto, nenhum homem bem intencionado que conheça minimamente o dr. Canotilho, terá dado o mínimo crédito".

Encerrou a sessão o dr. Mário Canotilho que, depois de considerar a presença de tanta gente na sala "como o melhor e único bálsamo e reparação" para a injúria de que foi alvo, fez um apelo para que todos meditem "até que ponto podem conduzir métodos de degradação social" e que "os cidadãos honestos deste país, seja qual for o quadrante político e a camada económico-social em que se encontrem, façam uma frente contra a calúnia", exigindo, ao mesmo tempo, "que a justiça vá buscar toda a verdade e as investigações sejam levadas às últimas consequências".

Durante a sessão, convocada pelo abaixo-assinado já referido, foram denunciados vários aspectos da calúnia e foi recordado o facto de o incendiário detido em Pinhel ter colado cartazes do CDS durante a campanha eleitoral para a Presidência da República.

CONVÍVIO CULTURAL EM CASCAIS

Prosseguindo a iniciativa cultural que se prolonga já há mais de dois meses o Centro de Trabalho de Cascais do PCP tem previstas para a primeira metade do mês de Setembro as seguintes sessões que, como é hábito, se realizam todas as terças e quintas-feiras à noite nas instalações do Centro.

Hoje, orientado por um camarada efectua-se um debate sobre "O poder local e as eleições para as autarquias"; na próxima terça-feira, dia 7, o debate previsto abordará "O Partido e a organização de massas"; dia 9, quinta-feira, "A Constituição da República Portuguesa" será o tema discutido por todos os que participarem no debate; entretanto, dia 14, terça-feira, o tema abordado será "Mais-valia e força de trabalho" e na quinta-feira seguinte, dia 16, o assunto do debate versará "O 'Avante!' na clandestinidade".

Esta iniciativa do Centro de Trabalho de Cascais e que repetidamente se vem seguindo procura concretizar a alínea *g)* do artigo 31.º dos Estatutos do PCP que refere o seguinte: "A célula deve promover e organizar o estudo individual e colectivo do marxismo-leninismo de forma a elevar a consciência revolucionária dos militantes, da classe operária e dos elementos de vanguarda das restantes camadas laboriosas".

O MARN PROSSEGUE A LUTA PELA APLICAÇÃO DA LEI

Alargando a sua influência a mais vastas camadas de rendeiros, o MARN prossegue e luta pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural

O MARN, Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte, prossegue, sem desfalecimentos, a luta pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural que constitui um dos mais importantes instrumentos de defesa dos interesses de uma vasta camada de trabalhadores rurais.

Sintoma da crescente implantação deste movimento, apesar das perseguições que lhe são movidas pelas forças reaccionárias, é a assistência do MARN aos rendeiros da Beira Baixa e especialmente do Fundão, onde passa a funcionar uma delegação do movimento nas instalações da Cooperativa dos Pequenos e Médios Agricultores do concelho (ex-Grémio da Lavoura).

No comunicado à população e aos rendeiros da região, a Comissão Promotora das Beiras do MARN considera que a abertura desta delegação constitui "um passo importante no reforço da organização do movimento unitário dos rendeiros, o que significa que várias influências positivas se vão reflectir na agricultura na Beira Baixa (...) A Lei do Arrendamento Rural, para além de reconhecer e consagrar os justos direitos dos rendeiros, ao estabelecer com segurança as condições do uso da terra por aqueles que a trabalham, está a garantir maiores investimentos, maiores produções e mais riqueza nos campos".

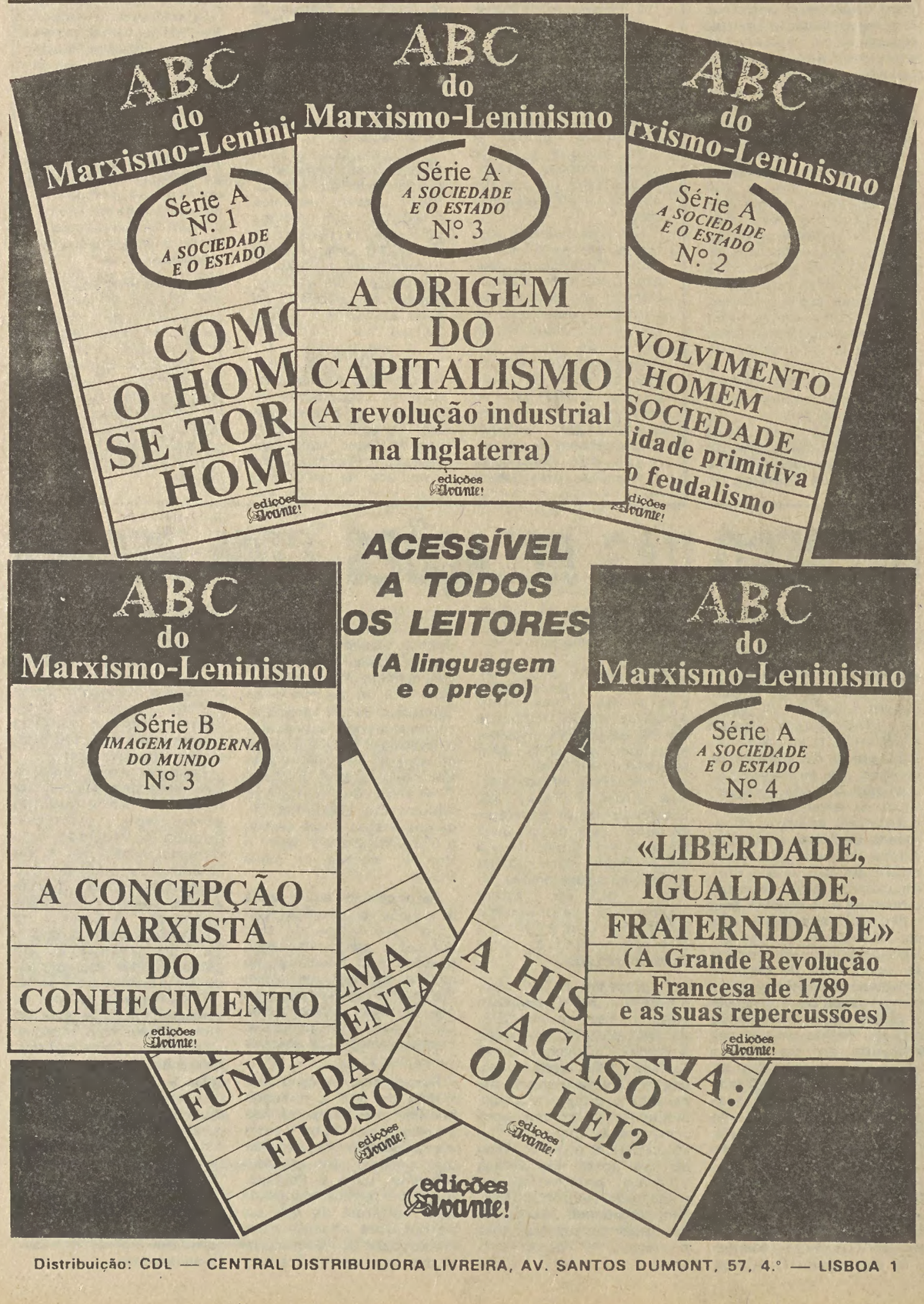
Salientando o facto da luta pela aplicação da Lei do Arrendamento Rural se enquadrar no espírito da Constituição, o MARN chama a atenção para algumas das aspirações mais sentidas pelos rendeiros, especificando "a obtenção de contratos de arrendamento e a sua redução a escrito, bem como conseguir que os prejuízos originados pela seca não recaiam sobre os rendeiros."

A Comissão Promotora das Beiras do MARN exprime ainda a sua convicção de que o reforço e alargamento da influência do Movimento "vêm trazer um valioso contributo à luta mais geral pelas transformações democráticas no caminho da construção do socialismo."

ENCONTRO DE RENDEIROS DA BAIRRADA

Promovido pelo MARN realiza-se no próximo dia 12 de Setembro um Encontro de Rendeiros da Bairrada. No comunicado de convocação, o MARN, depois de enumerar alguns dos mais importantes direitos dos rendeiros cuja satisfação depende da aplicação da Lei do Arrendamento Rural, refere um dos mais graves problemas que preocupam os rendeiros, nomeadamente nas zonas mais atingidas pela seca:

"Estamos a viver um ano de seca. Vamos ter muitos prejuízos nas nossas colheitas, o nosso gado não tem que comer e o sustento das nossas famílias corre perigo. Como os prédios que nós temos de renda não produziram, não por nossa culpa, mas por causa da seca, nós segundo o Artigo 8.º da Lei do Arrendamento Rural temos direito à redução da renda que poderá ser paga em prestações."



Distribuição: CDL — CENTRAL DISTRIBUIDORA LIVREIRA, AV. SANTOS DUMONT, 57, 4.º — LISBOA 1

AÇORES — A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA E O IMPERIALISMO

Os trabalhadores açorianos devem ser apoiados nas suas realizações e nas suas conquistas

O presidente da República, general Ramalho Eanes, ao investir o general Galvão de Figueiredo no cargo de Ministro da República para os Açores, teve esse acto na conta de "mais um marco a assinalar a institucionalização da democracia". Por sua vez, o novo Ministro da República manifestou a sua "íntima emoção por participar no esforço de consolidação das instituições democráticas". Congratulamo-nos com estas palavras que nos habituámos a ouvir aos militares do 25 de Abril.

Trata-se, porém, dos Açores, território português onde essas palavras precisam de ter um eco profundo em toda a população e uma contrapartida séria na actuação legal contra todos aqueles que têm da democracia um conceito para uso próprio que proibe a outros o uso legítimo de alguns direitos consagrados na Constituição para todos os cidadãos portugueses.

As forças reaccionárias e separatistas, responsáveis pela onda de violência contra o PCP e os seus militantes nos Açores, estão ainda activas. É a altura de lembrar que os oito Centros de Trabalho do PCP nos Açores ou foram destruídos pelo terrorismo separatista, há cerca de um ano, ou mandados encerrar pela autoridade militar de então, assumindo assim a grave responsabilidade de proibir o exercício das mais elementares liberdades democráticas.

Posteriormente, as condições melhoraram porque os trabalhadores não desistem ao primeiro atentado cometido contra os seus direitos. A sua luta tem dado resultados. Os comunistas, em algumas regiões, já não são perseguidos pelos reaccionários com a violência do ano passado. A votação no PCP, nas eleições para a Assembleia da República, teve aumentos muito significativos.

Na Terceira, continua a funcionar a União Administrativa dos Sindicatos de Angra do Heroísmo, filiada na Intersindical. Os sindicatos resistiram e venceram, na sua quase totalidade, enfrentando as tentativas de regionalização sindical, comandadas pelos separatistas. Na Horta, está em vias de formação uma união dos sindicatos. Têm sido criadas cooperativas e outras estão em formação. No Porto da Caloura, funciona já a Cooperativa de Produção e Comercialização de Pescado de Nossa Senhora dos Anjos. Na Terceira, há uma cooperativa de apanhadores de algas. Os agricultores da Maia estão também a formar uma cooperativa. Na Horta, os pescadores preparam-se, por sua vez, para criar uma cooperativa de pesca.

Todos estes avanços na consolidação da democracia rumo ao socialismo (e não temos espaço para os citar a todos) devem-se à iniciativa dos trabalhadores e ao seu esforço, nunca desarmado perante um meio hostil onde dominam os caciques que não tem hesitado em recorrer à violência quando vêem ameaçados os seus privilégios.

Apoiar os trabalhadores nas suas realizações que vão no sentido do progresso de todo o povo açoriano será certamente uma das preocupações prioritárias do novo Ministro da República, general Galvão de Figueiredo, concretizando as suas palavras segundo as quais deverá "alcançar-se o desenvolvimento social, económico e cultural da região e bem assim de toda a população açoriana, em especial das classes menos favorecidas".

Há, na verdade, muito a fazer nos Açores, mas dificilmente se conseguirá avançar um milímetro se forem seguidos os passos da Junta Regional, nomeadamente, no que respeita à infiltração do imperialismo americano no arquipélago. Toda a vigilância será pouca para evitar que os Açores se transformem numa colónia americana do tipo de Porto Rico, nomeadamente, através da sugestão já apresentada por meios norte-americanos que, segundo fonte fidedigna no arquipélago, iria no sentido de criar nos Açores um centro de sedes de companhias internacionais, transformando a região numa zona totalmente controlada pelos grandes monopólios imperialistas.

Como no Algarve, como no Alentejo ou no Minho, a independência nacional deve ser defendida nos Açores sobretudo contra os que tendo o poder económico no arquipélago o querem entregar nas mãos de estrangeiros para melhor defenderem os seus privilégios à custa dos trabalhadores.

Foi significativa a participação dos reformados no Encontro Nacional que decorreu em Coimbra durante o último fim-de-semana

REFORMADOS REIVINDICAM UMA VIDA MAIS JUSTA

A situação dos reformados, fase que mais tarde ou mais cedo todos os trabalhadores atingem, foi debatida no Encontro Nacional dos Reformados da Previdência. Por ser um assunto de interesse geral deve contribuir para a participação de todos e não só daqueles que presentemente vivem as dificuldades

O aumento das pensões de reforma, o direito à saúde e assistência medicamentosa gratuita, a participação dos reformados nos órgãos de gestão da Previdência, a formação de uma comissão integrada por representantes dos organismos de reformados, do Movimento Sindical e do Governo para estudar a situação financeira da Previdência e definir o quantitivo das pensões a atribuir foram os pontos mais focados pelos participantes no Encontro Nacional dos Reformados da Previdência que se realizou, no passado fim-de-semana, em Coimbra, por iniciativa da Associação Sindical União dos Reformados da Previdência.

Esta importante iniciativa teve a adesão de 35 delegações representando cerca de 30 mil reformados. Perto de dois mil trabalhadores reformados participaram na sessão plenária efectuada no domingo, no pavilhão gimno-desportivo da Pedrulha.

Como convidados e reflectindo a solidariedade dos trabalhadores no activo para com a luta dos reformados, numerosos sindicatos e uniões sindicais, nomeadamente as Uniões Sindicais do Porto, Setúbal, Lisboa, Guarda, e Viana do Castelo enviaram delegações para participar no Encontro e custearam a deslocação de reformados atendendo às suas graves dificuldades económicas. Presentes, ainda, trabalhadores que se encontram em representação do movimento sindical nas comissões administrativas das Caixas de Previdência.

O GOVERNO NÃO PODE ALHEAR-SE

"Somos pessoas com um passado de trabalho, que demos à sociedade um valioso contributo de toda uma vida de sacrifícios sem compensação alguma. Nunca nos conformámos, nem nunca nos conformaremos, tanto com a situação passada como com a situação presente. Por isso lutaremos até ao limite das nossas forças para que a sociedade que nós — ou com o nosso esforço — ajudamos a construir e a dignificar nos outorgue como direito que temos a reparação de todos os males'' — declarou o trabalhador reformado da Marinha Grande, António de Sousa Monteiro, membro do executivo da Associação Sindical União dos Reformados da Previdência, no decurso da sessão plenária.

Estima-se em algumas centenas de milhar os reformados existentes no nosso País, muitos dos quais não têm qualquer pensão de reforma.

Em Julho de 1974, os pensionistas do regime geral da Previdência passaram a receber no mínimo 1650$00. Um ano depois, esta verba seria aumentada para dois mil escudos. Estas medidas melhoraram em alguma coisa a sua situação. Contudo, o crescente agravamento do custo de vida obriga cada vez mais à necessidade de serem actualizadas as pensões de reforma.

Exigir ao Governo a "imediata actualização das pensões de reforma mais baixas de acordo com o aumento do custo de vida" e a constituição, "no mais curto prazo, de uma comissão para à revisão da pensão mínima nacional, que além de membros do Governo deverá integrar representantes da Associação Sindical União dos Reformados da Previdência e do Movimento Sindical e de outras organizações de reformados que tenham acordado na plataforma reivindicativa", foram duas decisões contidas na proposta aprovada na primeira sessão do Encontro, a qual viria a ser ratificada pelos participantes na sessão plenária.

Urge dar resposta a esta como a outras reivindicações dos trabalhadores reformados que vivem numa situação particularmente difícil. Basta observar, por exemplo, que um deputado da Assembleia da República, de acordo com a proposta aprovada pelos representantes do PS, CDS e PPD ganha num mês aquilo que a imensa maioria dos trabalhadores reformados recebe no decorrer de dez meses. Isto se não entrarmos em linha de conta com os diversos subsídios aprovados...

Por outro lado é verdadeiramente escandaloso que, enquanto os reformados têm aquelas exíguas pensões, conhecidos fascistas continuam a receber mensalmente algumas dezenas de contos. Por exemplo: o senhor Barradas de Oliveira foi "aposentado" com a módica quantia de 35 contos mensais!

É forçoso que o actual Governo dirija a sua atenção para a situação pungente dos reformados deste país'' — exigiu Manuel Furtado, membro da União dos Pensionistas da Segurança Social, que também faz parte do Grupo de Trabalho dos Reformados da Intersindical. Prosseguindo a sua intervenção, acentuou:

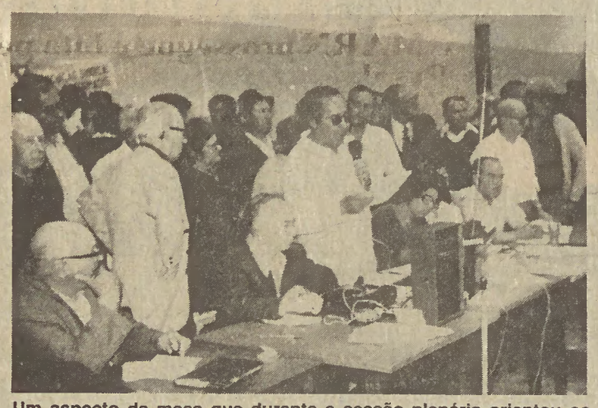
''Muitas vezes ouve-se dizer, a propósito de diversas reivindicações, que elas estão muito certas, mas que é preciso atender a 'prioridades', quer dizer, executar primeiro o que for mais urgente. O actual governo tem que entender esta coisa simples: somos nós, os reformados, os que menos podemos esperar".

UNIDADE DO MOVIMENTO DOS REFORMADOS

A luta dos reformados tem ficado muito aquém das reais possibilidades existentes, na medida em que eles ainda não conseguiram unir e organizar, num movimento convergente, todos os elementos do sector.

"Somos muitos", recordou Manuel Furtado, "mas ainda estamos, infelizmente, divididos". Até ao momento, foram apresentados na Secretaria de Estado da Segurança Social três cadernos reivindicativos elaborados por outras tantas organizações de reformados da Baixa da Banheira, do Norte e do Sul.

Entretanto, para apressarem a rápida concessão da audiência com o Primeiro-Ministro, os reformados reunidos em Coimbra decidiram solicitar ao Presidente da República, por intermédio de um telegrama aprovado, o seu empenho na audiência já pedida ao dr. Mário Soares para nela serem discutidos, com uma delegação de todos os organismos de reformados existentes os problemas do sector.



Um aspecto da mesa que durante a sessão plenária orientou os trabalhos do Encontro Nacional dos Reformados da Previdência

"Diante de três associações e de três cadernos reivindicativos é fácil a qualquer governo furtar-se a dar resposta e arranjar desculpas para que continuemos à espera'' — sublinhou o colaborador do Grupo de Trabalho dos Refomados da Central Sindical Única. "É a nossa própria experiência da vida'', acentuou, "que nos ensina o que há a fazer: unirmo-nos, apresentar uma só frente e fazer dos três cadernos reivindicativos um único caderno".

O Encontro Nacional dos Reformados da Previdência abriu caminho para a unidade dos reformados e das associações existentes ao aprovar ''que as várias organizações de reformados contactem no sentido de se fundirem ou federarem num só movimento que terá em vista a luta unitária comum". E ainda que ''sejam efectuadas diligências junto de todas as organizações de reformados a fim de se encontrar uma plataforma das reivindicações unitárias".

Por seu turno, os representantes do Movimento Sindical presentes reafirmaram, através de uma declaração lida no decurso da sessão plenária, "o seu apoio à proposta de unidade do movimento a que chegaram os representantes da Associação e do Movimento Sindical, a qual foi ratificada pelo plenário".

Das conclusões aprovadas no Encontro salientamos ainda as decisões que apontam para a necessidade de "uma ligação mais estreita, prática e efectiva com as Uniões Sindicais; um encontro com todas as organizações de reformados a fim de se encontrar uma plataforma de acordo e um só caderno reivindicativo.

Para eliminar os obstáculos que têm sido postos à aprovação dos estatutos da Associação Sindical União dos Reformados da Previdência foi aprovada a convocação de uma assembleia de reformados para a revisão dos estatutos.

AMANHÃ FESTIVAL NO PORTO

Tendo como objectivo despertar as populações para a canção popular e de combate, a União da Juventude Comunista, UEC, promove um Festival da Canção Popular amanhã, pelas 21.30 horas, no Palácio Cristal, no Porto. Participam Paulo de Carvalho, Fernando Tordo, Luísa Bastos, Júlia Babo, Teresa Paula Brito, Samuel, Menita e o grupo "Resistência".

Nesta realização, a UEC parte do princípio de que a canção popular e de combate ''pode exercer um papel positivo de transformação democrática da sociedade que todos queremos mais justa".

CONTRATO COLECTIVO DOS TÊXTEIS

Os representantes dos Sindicatos e da Federação dos Sindicatos da Indústria Têxtil, Lanifícios e Vestuário de Portugal marcaram para hoje, dia 2, uma reunião na Faculdade de Engenharia do Porto para o início da discussão prévia com o patronato relativamente ao Contrato Colectivo de Trabalho do sector, que abrange cerca de 300 mil trabalhadores.

LUTA COERENTE E RESPONSÁVEL NA FÁBRICA DOS CABOS ÁVILA

Alheios ao aventureirismo e às atitudes irresponsáveis, os trabalhadores da fábrica Diogo D'Ávila avançam e vencem na sua luta

Na fábrica de condutores eléctricos Diogo d'Ávila a solução do conflito que opõe os trabalhadores ao patronato, relativamente às negociações do Acordo Colectivo de Trabalho, ficou a dever-se «única e exclusivamente ao esforço real dos trabalhadores, às suas posições conscientes e responsáveis, que nunca tiveram correspondência na parte patronal» – como foi salientado no decorrer de uma Conferência de Imprensa em que estavam presentes os representantes da Comissão de Trabalhadores, da Comissão Intersindical daquela empresa e ainda representantes dos sindicatos maioritários, nomeadamente Químicos, Electricistas, Rodoviários, Metalúrgicos e Construção Civil.

Iniciando-se em 25 de Maio a negociação directa do Acordo Colectivo de Trabalho ao fim de algumas reuniões era manifesta a pretensão patronal de entravar e demorar ao máximo esta fase. E apesar da Comissão Negociadora ter baixado a sua proposta inicial a parte patronal «recusou mexer um centavo que fosse na sua contraproposta, mesmo admitindo que alguns dos números da fundamentação que apresentou não eram exactos».

Negando-se a aceitar o estabelecimento do «controlo de gestão» assim como disposições contidas na lei quanto a despedimentos a posição patronal não pode deixar de ser considerada uma autêntica provocação na medida em que, relativamente ao controlo de gestão, violou descaradamente o que tinha acordado tempos atrás no Ministério do Trabalho, sendo prova disso a acta assinada na altura pelas partes.

A PRIMEIRA FASE DE LUTA

Esgotadas que foram todas as hipóteses de negociação directa a Comissão Negociadora dos Trabalhadores propôs a passagem à fase de arbitragem tendo tal proposta sido recusada.

Num plenário que se realizou – prática sempre utilizada pela Comissão de Trabalhadores – a esmagadora maioria dos operários decidiu a passagem a uma primeira fase de luta. Convém registar que nesse plenário, muito embora tivessem surgido propostas de greve geral, até levar a administração a aceitar a passagem à arbitragem, foram rejeitadas a favor de uma proposta para que a luta se iniciasse com a retenção na fábrica de produção, sem contudo afectar a produção normal.

Face à justeza da luta a administração, dentro de poucos dias e sem quaisquer alternativas aceitava a arbitragem. E aqui, novamente, a administração procura ganhar tempo e sabotar as negociações.

Assim, relativamente à designação do árbitro presidente os nomes propostos pela administração ou são afectos ao regime fascista ou estreitamente ligados ao capital e à sua organização, a CIP. Esclarecem os trabalhadores que de tal forma isto foi intencional que o que presentemente é árbitro pela parte patronal já tinha sido indicado para árbitro presidente pela administração da empresa.

Em 9 de Agosto as Comissões de Trabalhadores e Intersindical tentam, junto do administrador fabril encontrar soluções para se avançar no processo e dão-lhe conta da disposição da grande maioria dos trabalhadores. Esta tentativa não resulta, acabando mesmo a administração, em 11 de Agosto, em carta enviada à Comissão de Trabalhadores, por se escusar a pronunciar-se sobre a nomeação do árbitro presidente, paralisando deliberadamente o processo de arbitragem.

É nesta posição, de desprezo quase total por parte de administração da empresa pelas suas obrigações, que os trabalhadores se vêem na contigência de desencadear nova luta.

Deste modo, em plenário realizado em 12 de Agosto, opta-se, novamente por esmagadora maioria, pela retenção da produção na empresa.

Ao reiniciarem-se as negociações o árbitro patronal mantém as sugestões de nomes inaceitáveis para os trabalhadores, quer pelo seu comprometimento com o anterior regime ou por serem reconhecidos defensores do interesse do capital.

O ÁRBITRO SABIA DE MAIS

Perante o impasse, que obviamente afectava a situação da empresa, os trabalhadores reunem em plenário, sendo aprovada uma proposta de intervenção directa do Ministério do Trabalho no litígio, nomeando para terceiro árbitro um dos peritos que presidiam à Comissão de peritagem que analisava as contas da empresa.

A posição dos trabalhadores tinha toda a razão de ser, pois ninguém mais conhecedor da situação real da empresa e ao mesmo tempo com tanta competência e isenção senão um desses elementos do Ministério que poderia julgar as partes em litígio.

Contudo, tal posição dos trabalhadores, ainda que justificada e fundamentada, não teve qualquer correspondência no árbitro patronal que rejeitou a proposta, alegando que os elementos da peritagem do Ministério estavam demasiado dentro dos problemas da empresa, voltando-se assim ao impasse.

Por iniciativa do MT, os árbitros sindical e patronal foram no dia 23 de Agosto chamados a reunir com o dr. Gameiro das Neves (funcionário do MT encarregado de promover as reuniões entre os árbitros). A interpretação do dr. Gameiro das Neves (coincidente de resto com a opinião do árbitro patronal), é que este caso devia ser resolvido através da nomeação do 3.º árbitro por despacho do Ministério da Tutela, nesta caso, o da Indústria e Tecnologia interpretação esta, feita por analogia com idêntico procedimento utilizado em empresas nacionalizadas, tendo em conta as disposições do Código Civil.

Tal solução, preconizada pelo dr. Gameiro das Neves, é desde logo considerada incorrecta pelo árbitro dos trabalhadores, pois ela significa o arredar do conflito do Ministério do Trabalho que, de certo modo endossava o problema para o Ministério da Indústria, quando o Ministério do Trabalho, era sim, a única entidade que dominava desde o início, não só no tocante ao ACT mas todo o processo Ávila, e que, para mais, no momento, interferia directamente na empresa, através dos funcionários que nomeara, para a comissão de peritagem às contas da empresa.

São novamente os trabalhadores a procurar a solução do conflito, pelo que as Comissões de Trabalhadores e Intersindical, com os Sindicatos maioritários na empresa avistam-se no mesmo dia com o subsecretário de Estado do Trabalho expondo-lhe a situação, que segundo ele seria resolvida.

ADMINISTRAÇÃO INCAPAZ

As organizações representativas dos trabalhadores convocaram então um Plenário, onde apresentaram uma proposta derradeira, que continha hipóteses de possível ultrapassagem da situação.

Essa proposta continha, em síntese, um mecanismo alternativo para se chegar ao terceiro árbitro, através de uma primeira fase, em que o subsecretário de Estado iria sugerir dois nomes, relativamente aos quais as árbitros das partes se pronunciariam em 24 horas. Não havendo acordo findo esse prazo o subsecretário de Estado nomearia o árbitro presidente com a aceitação tácita das partes.

Presentemente, a solução do conflito foi encontrada e ela deve-se única e exclusivamente ao esforço real dos trabalhadores, às suas posições conscientes e responsáveis, que nunca tiveram correspondência na parte patronal.

O que se continua a verificar, dois anos após o 25 de Abril, é uma total incapacidade da família Ávila para administrar a empresa, a qual assume importância comprovada no sector de material eléctrico, em particular no campo da fabricação de cabos, cujo escoamento da produção está garantido pelas necessidades nacionais (rede eléctrica nacional) e reais possibilidades de vir a satisfazer o mercado externo.

A estagnação económico-financeira para que a empresa foi arrastada, em apenas dois anos, faz antever a continuação do agravamento da sua situação.

Seria necessária uma gestão consequente, para a empresa se manter ao nível a que forçosamente tem de guindar-se perante a concorrência real que lhe é movida pela multinacional congénere CEL-CAT.

Contudo, além da sua incapacidade gestora, a administração persiste em não reconhecer os direitos dos trabalhadores, mesmos os consagrados na Lei.

Assim, o retorno aos processos fascistas de inquéritos aos elementos que compõem as respectivas comissões de trabalhadores e Intersindical é um facto, que só não teve efeito, porque os trabalhadores permanecem unidos e organizados desde há muito e não permitirão o retorno ao passado.

EXEMPLO DE FRATERNIDADE DE COMUNISTAS DE SOURE

A Comissão Concelhia do nosso Partido de Soure, com emoção e alegria, registou um dos gestos de fraternidade que testemunham como os comunistas defendem os interesses colectivos e estão dispostos a sacrificar-se pela organização partidária.

O facto é-nos relatado por camaradas da Comissão Concelhia do nosso Partido de Soure.

Há cerca de dois anos que o Centro de Trabalho naquela localidade estava instalado num bom edifício cedido gratuitamente com a condição dos camaradas o entregarem assim que o proprietário o desejasse. Há cerca de um mês que o proprietário avisou os camaradas que precisava da casa, a qual foi entregue. Os camaradas, entretanto, continuam à procura de instalações para o Centro de Trabalho.

Desconhecendo o motivo de encerramento do Centro de Trabalho de Soure, camaradas trabalhadores residentes em Lisboa, Barreiro e outras localidades em redor de Lisboa, pensando que o problema consistia em dificuldades financeiras, dirigiram-se, por escrito, aos camaradas de Soure, comprometendo-se a pagar a renda de uma casa ou andar. A Comissão Concelhia do PCP de Soure informou do que se passava e manifestou a sua comovida gratidão "pela prova de solidariedade dos nossos conterrâneos sourenses que labutam fora da sua terra e que como nós lutam pela vitória do socialismo."

O DIREITO À HABITAÇÃO NÃO PODE SER IGNORADO

Todos têm direito, ou deveriam ter, à habitação. Mas não é isto que se passa em Portugal

Pronunciando-se contra as acções de despejo de que têm sido vítimas dezenas e dezenas de famílias por todo o País, com os seus parcos haveres no meio da rua e sem outra alternativa que não seja ficarem na rua ou abrigo temporário em casas já superlotadas cedidas por vizinhos, a Direcção da Organização Regional do Norte do PCP tornou público um comunicado onde refere:

"As péssimas condições de habitação de grande número de famílias e o não-cumprimento pelos senhorios da lei que obriga à declaração das casas vagas nas câmaras municipais para se proceder ao seu arrendamento, a recusa sistemática dos senhorios em realizar as obras indispensáveis e exigidas por lei e em receber as rendas, os arranjos entre senhorios e sub-alugas com o objectivo de legalmente porem fora os inquilinos e aumentarem os seus lucros, as insuficiências e deficiências das leis existentes são algumas das principais razões que estão na origem dos despejos efectuados e que, de forma alguma, podem ser escondidas com algumas ocupações oportunistas originadas quase sempre por acção de grupos aventureiristas e que o PCP sempre condenou.

"Em qualquer das situações, a DORN do PCP não pode deixar de condenar energicamente que se coloquem famílias inteiras na rua sem se lhes dar qualquer alternativa compatível com a sua situação, e de exprimir a mais viva preocupação pela repetição constante de tais actos, em que o emprego da violência é frequente e que o próximo fim das férias judiciais agravará se o Governo não tomar urgentemente as medidas necessárias".

Salientando que a DORN do PCP apoia a luta dos moradores pelo fim das vergonhosas acções de despejo e pela revisão da legislação, tendo em conta os legítimos interesses e direitos dos trabalhadores e que, mesmo nos casos em que é inevitável, deve ser encontrado, caso a caso, uma solução digna, o comunicado afirma ao terminar:

"A DORN do PCP considera que o problema de uma habitação digna para todos os portugueses tem de ser rapidamente encarada e, se bem que não possa ser resolvido de imediato, devem ser tomadas claras medidas que visem a sua resolução começando pelos casos mais gritantes de ausência de um mínimo de condições de habitabilidade".

E O QUE CONSIGNA A CONSTITUIÇÃO?

O artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa começa por afirmar "que todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada (...)".

E mais adiante:

"Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado:

"a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de reordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;

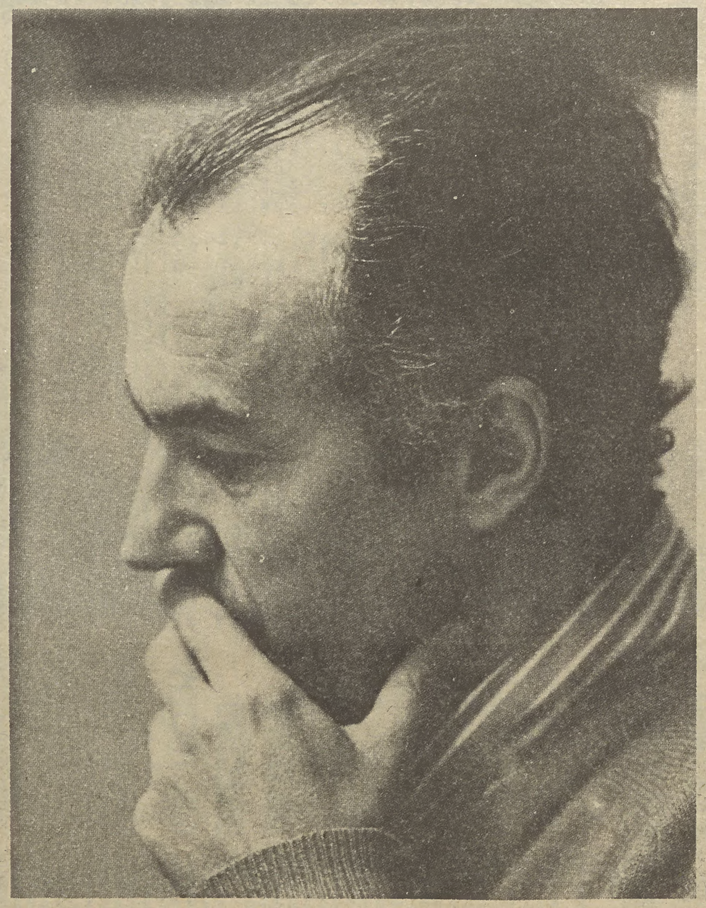
"b) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e fomentar a autoconstrução e a criação de cooperativas de habitação;

"c) Estimular a construção privada, com subordinação aos interesses gerais".

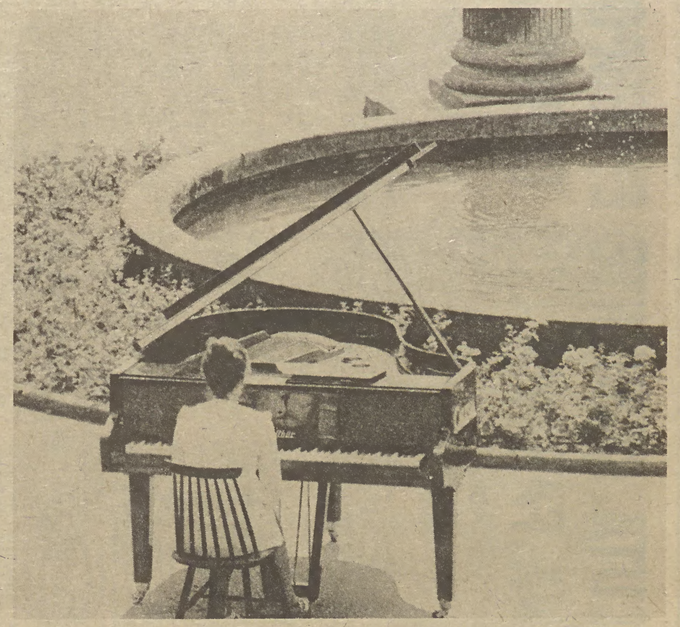
Mais adiante e depois de salientar que "o Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria", refere-se por último que "o Estado e as autarquias locais exercerão efectivo controlo do parque imobiliário, procederão à necessária nacionalização ou municipalização dos solos urbanos e definirão o respectivo direito de utilização".

Isto para que não se esqueça, o que não tem sido o caso nos últimos meses.

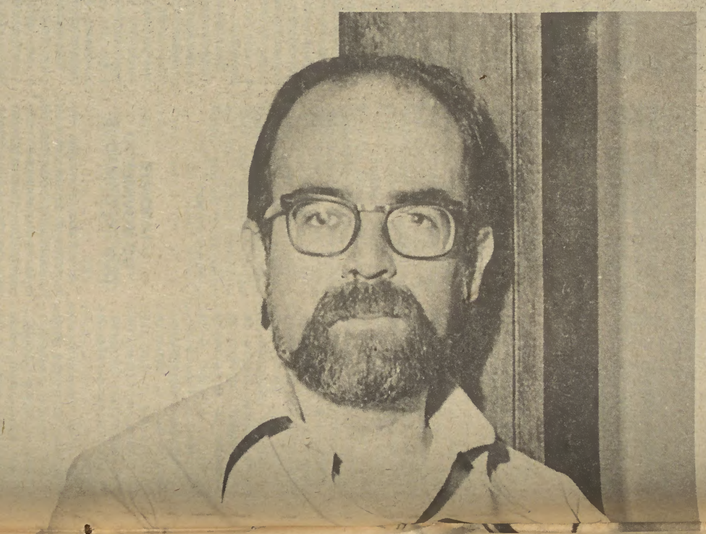
OS ARTISTAS DA FESTA DO «AVANTE!»



• **LUIGI NONO** (ITÁLIA)



• **ELZBIETA TARNAWSKA**
(POLÓNIA)



• **ÁLVARO SALAZAR**

• **LOPES GRAÇA**

• **JORGE PEIXINHO**

• ÁLVARO SALAZAR

LUIGI NONO

Luigi Nono, militante destacado do Partido Comunista Italiano, é um dos maiores compositores contemporâneos. O seu nome figura na História da Música ao lado do dos grandes mestres de todos os tempos, como Bartok, Stravinsky, Chostakovitch ou Schoenberg, para referir apenas alguns músicos consagrados do século XX.

À sua actividade artística, Luigi Nono alia a militância política, na luta pela democracia e pelo socialismo no seu país — a Itália — e na solidariedade internacionalista com os povos e forças progressistas que em todo o mundo lutam contra o imperialismo.

Nasceu em Veneza, a 29 de Janeiro de 1924. Licenciado em Direito pela Universidade de Pádua, iniciou os estudos de composição em Veneza, sob orientação de Malipiero (1941-46). De 1946 a 1948 estudou com Bruno Maderna e, mais tarde, com Hermann Scherchen.

Sobretudo a partir de 1960, a sua notoriedade ganhou dimensão universal, quer através da larga difusão das suas obras, quer pela sua actividade de professor e teórico da "nova música" (regeu cursos em Darmstadt, importante centro de pesquisas musicais, Darlington, Helsinquia, América Latina e União Soviética), quer ainda por um activo testemunho de empenho e de luta no plano político-social.

Entre as principais obras de Luigi Nono referimos *A Vitória de Guernica, A Fábrica Iluminada, A Floresta é Jovem e Chela de Vida* e *Al Gran Sole Carico d'Amore*, acção cénica sobre textos de Guevara, Marx, Brecht, Lenine, Rimbaud, Louise Michel, Tanja Bunke, C. Pavese, Gorki, Gramsci, Dimitrov, Fidel Castro, etc., que foi estreado no ano passado em Milão, no Teatro alla Scala, num espectáculo dedicado aos trabalhadores, organizado em colaboração com os sindicatos.

Luigi Nono esteve em Portugal, pela primeira vez, em 1975, a convite da Célula dos Músicos da DORL do Partido Comunista Português.

ÁLVARO SALAZAR

Álvaro Salazar, nasceu no Porto, em 1938. Nessa cidade iniciou os estudos musicais, tendo mais tarde frequentado o Conservatório Nacional de Lisboa nas classes de Armando José Fernandes, Croner de Vasconcelos, Santiago Kastner, Emílio Pujol e Santos Pinto. Participou nos cursos de direcção de orquestra que Alexandre Fitamic e Hans Munch realizaram em Portugal e, em 1963, estudou sob a orientação de Hans Swarowsky, durante uma estada em Viena de Áustria. Fixou-se depois em Lisboa, dividindo a actividade musical pela regência, pela composição e pela crítica. Em 1970, 71 e 72 proferiu diversas conferências sobre música portuguesa e dirigiu cursos de introdução à música contemporânea a convite das universidades brasileiras de Porto Alegre, Brasília e Santa Maria. O Conselho Universitário desta última atribuiu-lhe, em 1972, a Medalha do Mérito Universitário. Em 1973 desempenhou as funções de crítico musical do jornal "República" e de professor do Conservatório Nacional de Lisboa, partindo em Outubro do mesmo ano para Paris, onde, na qualidade de bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, frequentou o Estágio de Música Electroacústica do Groupe de Recherches Musicales e trabalhou com Gilbert Amy e Pierre Dervaux. Nas provas finais do curso de regência ministrado por este último na École Normale de Musique de Paris foi-lhe concedida, por unanimidade, a mais alta classificação.

Em 1975, Álvaro Salazar foi convidado pela Orquestra Sinfónica Popular para dirigir os concertos então realizados por iniciativa da Célula dos Músicos da DORL do PCP.

Dirigirá na Festa do "Avante!" uma orquestra de câmara constituída por músicos da Célula de Músicos da DORL do PCP.

• LOPES GRAÇA

FERNANDO SERAFIM

Frequentou o Conservatório Nacional de Lisboa, onde estudou sob a orientação de Armindo Correia. Depois trabalhou com Elena Raggi e, como bolseiro da Fundação Gulbenkian, foi para Milão, onde fez estudos de aperfeiçoamento com Carla Castellani e Wladimiro Badiali. Foi também bolseiro do Instituto de Alta Cultura, em Salzburgo, onde se especializou em "lied", oratória e óperas de Mozart com o Professor Paul von Schillawsky. Tem colaborado em numerosos concertos em Lisboa e na província organizados por diversas entidades, nomeadamente a Fundação Gulbenkian que o contratou em 1971 para o Requiem de Mozart, ao lado de Jennifer Smith, Magali Schwartz e Álvaro Malta, sob a direcção de Guschlbaner, e para a *Missa em Dó Menor* de Mozart, também com o mesmo maestro. Participou na estreia em Portugal da *Missa em Si Menor* de Bach, dada no S. Carlos em 1970. Tem-se apresentado igualmente em vários concertos na Áustria, Alemanha, França, Bélgica, Iraque e Itália, tendo a sua participação no *Messias* de Handel, em Salzburg, sido distinguida pela crítica. Em 1956 ganhou o Prémio Guilhermina Suggia. Foi membro da Companhia Portuguesa de Ópera do Teatro da Trindade. Tem prestado constante e valiosa colaboração aos espectáculos de ópera do S. Carlos, onde interpretou grande variedade de papéis. É, actualmente, cantor-residente desse Teatro.

OS SEGRÉIS DE LISBOA

Contribuir para o ressurgimento da música medieval quinhentista e pré-barroca é o principal objectivo de "Os Segréis de Lisboa". Fundado em 1972 por Manuel Morais, este agrupamento reúne cantores e instrumentistas que, numa preocupação constante de fidelidade aos estilos antigos, procuram sempre utilizar nas suas execuções toda uma técnica especializada, fruto de um aturado trabalho de investigação feito a partir dos próprios métodos antigos.

Além de várias gravações realizadas para a Rádio e TV, "Os Segréis" têm actuado em Portugal e em vários centros musicais da Europa.

GRUPO DE CÂMARA "CONVIVIUM MUSICUM"

Sob o incentivo e orientação do professor Croner de Vasconcellos, um grupo de alunos seus, em vias de concluir os respectivos cursos no Conservatório Nacional, formou este conjunto de câmara, tendo tido oportunidade já então de se apresentar na capital, na província e na rádio (E.N.). Após um longo período de interrupção, o grupo de câmara "Convivium Musicum" retomou em 1973, parcialmente remodelado, a sua actividade, efectuando vários recitais, tanto no país como no estrangeiro, e mantendo o mesmo tipo, pouco usual, de constituição (quarteto vocal e piano a 4 mãos), a qual se destina essencialmente a trazer junto do público facetas menos divulgadas da obra de compositores como Brahms, Schumann, Beethoven, Schubert, Mendelssohn, Stravinsky, autores portugueses, etc.

• JORGE PEIXINHO

JORGE PEIXINHO

Nasceu em 1940 no Montijo. Concluiu os cursos superiores de Composição e de Piano no Conservatório Nacional. Bolseiro da Fundação Gulbenkian em Itália entre 1959 e 1961, tendo sido sucessivamente discípulo de Composição de Boris Porena Lem (Roma), Luigi Nono (em Veneza) e de Goffredo Petrassi (na Academia de S. Cecília, em Roma), tendo obtido em 1961 o diploma do Curso de Aperfeiçoamento de Composição. Posteriormente seguiu os cursos de Pierre Boulez e K. Stockhausen na Academia de Música de Basileia.

Participou nos Cursos Internacionais de Darmstadt durante vários anos. Aí colaborou em 1967 e 1968 nas composições colectivas *Ensemble* e *Musik für ein Haus* sob a orientação de Stockhausen.

Em 1970 participou, como professor e artista convidado, nos Cursos Internacionais de Curitiba e no Festival de Música do Paraná. Nesse mesmo ano fez parte do júri internacional do II Festival de Música da Guanabara (Rio de Janeiro) e colaborou no I Festival de Música Contemporânea de Buenos Aires.

Foi ainda em 1970 que Jorge Peixinho fundou, com outros músicos portugueses, o Grupo de Música Contemporânea de Lisboa, com o qual tem efectuado vários concertos e colaborado em algumas manifestações culturais.

Como bolseiro do governo belga, efectuou em 1972-73 um estágio no Estúdio Electrónico de Gent (IPEM), durante o qual compôs as suas primeiras obras de música electrónica.

É professor da Universidade Nova de Lisboa desde Outubro de 1974.

Foi eleito para o Conselho Português de Música em Março de 1975.

A sua obra *Voix* foi recentemente seleccionada para o Festival da Sociedade Internacional de Música Contemporânea ("World Music Days" — Boston 1976).

GRUPO DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA DE LISBOA

O Grupo de Música Contemporânea de Lisboa foi constituído em 1970 por um pequeno grupo de músicos portugueses, com o fim de difundir a música actual no nosso país e realizar pesquisas nos domínios da técnica instrumental e da improvisação colectiva, procurando ao mesmo tempo aprofundar os problemas teóricos da música de hoje.

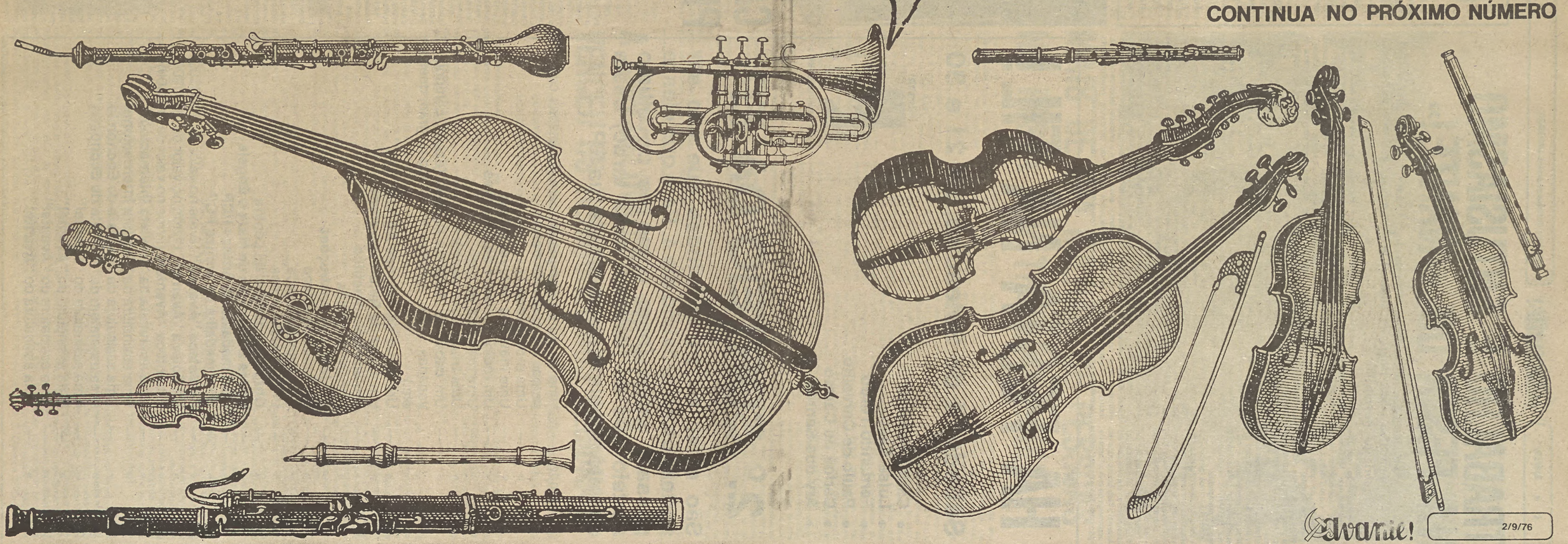
Realizou numerosos concertos em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente: Festival de Arte Contemporânea de Royan (1972) e Outono de Varsóvia (1974). Gravou um disco com a obra "CDE" de Jorge Peixinho e colaborou na "Tribuna do Compositor", realizada em Paris no ano passado.

O Grupo tem orientação artística de Jorge Peixinho.

GRUPO DE JOVENS ALUNOS DE COMPOSIÇÃO DO CONSERVATÓRIO NACIONAL

A classe de composição do Conservatório Nacional orientada por Constança Capdeville tem posto em prática experiências de criação e improvisação colectivas. Tal será o contributo deste grupo de jovens estudantes de música para a Festa do "Avante!"

CONTINUA NO PRÓXIMO NÚMERO



TRABALHO E ENTUSIASMO NA FESTA DO «AVANTE!»

Aproxima-se a passos largos a Festa do "Avante!". O trabalho na FIL aumentou o seu ritmo, no último fim de semana, animado por muitas brigadas de trabalho

O intervalo do trabalho é ainda esforço. Mas este esforço é vivido no encontro de outros camaradas, no entusiasmo de quem ergue a Festa do "Avante!". Por isso, homens e mulheres militantes do nosso Partido, camaradas das fábricas, dos escritórios, das lojas e das escolas, reformados, domésticas, jovens e adultos voltaram no último fim-de-semana à FIL, espalhando-se pela extensão dos pavilhões, ruidosos, alegres, afadigados.

Com os olhos postos na Festa que se avizinha a passos largos, os camaradas lançam mãos ao trabalho com redobrada energia. Para além de outras conversas sobre o emprego, a família, a organização, o trabalho da célula, uma preocupação domina: a da Festa do "Avante!". Nas bocas solta-se a esperança de que a Festa do órgão central do nosso Partido constitua um momento de fortalecimento da organização, uma ocasião formidável de mobilização das massas, uma vitória do trabalho unitário, um passo mais de aliança entre comunistas e outros democratas interessados em fazer avançar o processo revolucionário. Mas a esperança dos camaradas em fazer da Festa do "Avante!" um extraordinário acontecimento na vida do Partido é já uma certeza dada não somente pelo trabalho concreto que desenvolvem na FIL mas alicerçada, também, nos preparativos, nas tarefas que cada um vem acumulando na sua célula de bairro, de empresa, de escola, nas festas que as organizações preparam em torno da grande festa, na mobilização que desencadeiam. Cada camarada, cada militante está confiante no êxito da Festa do nosso "Avante!". Porque sabem que a esperança se alcança construindo, e respondem ao apelo do Partido, vanguarda dos trabalhadores, com toda a sua energia e entusiasmo.

Nas brigadas de trabalho destacou-se neste fim-de-semana entremeado de sol e chuviscos, uma presença maciça de mulheres. Elas vieram, munidas de vassouras e panos, nada preocupadas com um trabalho que pode parecer a continuação das suas tarefas domésticas, nada preocupadas com preconceitos feministas, conscientes de que o que fazem é tão importante como pregar pregos e levantar vigas, orgulhosas porque lhes cabe o embelezamento dos *stands* manejando com o mesmo àvontade o espanador e o frasco de cola, entusiasmadas com as conversas trocadas entre si, desvendando segredos sobre as maravilhas que preparam para os *stands* das células do Partido, ocultando surpresas, numa palavra vivendo intensamente os preparativos da grande Festa do "Avante!", participando com a firmeza de que são úteis, necessárias, indispensáveis.

De manhã à noite, a FIL foi percorrida por uma vibração de trabalho e de vida esfuziante. Vindos de diversas partes os camaradas aprenderam mais a conhecer-se, trocaram experiências, descobriram-se numa tarefa que os faz pulsar no mesmo ritmo de entusiasmo: a de erguer a Festa do "Avante!". Isto porque os camaradas estão conscientes de que com esta grandiosa Festa do órgão central do nosso Partido se prestigia, fortalece e amplia a organização, a mobilização e a unidade, factores da vitória do processo revolucionário rumo ao socialismo.

CAMARADA!

Tu que participas nas brigadas de trabalho que na FIL vão erguendo a Festa do nosso «Avante!» e construindo mais uma vitória da organização do nosso Partido;

Tu que ainda não participaste, não por falta de entusiasmo, mas porque não tens os fins-de-semana livres ou porque confias em que muitos são os camaradas que enchem a FIL com o seu trabalho;

Tens que te lembrar que:

1.º **O tempo urge.** Em breve a FIL abrirá as suas portas a camaradas de todo o país e de diversos partidos irmãos. Dentro de duas semanas, ao som de canções revolucionárias iniciar-se-á a Festa do «Avante!». Muito há ainda a fazer. Os fins-de-semana não bastam. É, pois, fundamental, **assegurar o trabalho nocturno** não desperdiçando as possibilidades de tornarmos a Festa do nosso «Avante!» um grande acontecimento na vida do Partido, um testemunho exemplar da nossa capacidade de organização. Poucas horas de muitos, distribuídas por serões dos dias de semana, eis a contribuição indispensável que o teu Partido te solicita.

2.º Para que o trabalho seja mais frutuoso, há toda a vantagem, camarada, em que não surjas isolado mas integrado em brigadas de trabalho que tu próprio podes formar com camaradas e amigos do teu bairro, da tua empresa, da tua escola. Chamamos a tua atenção para a eficácia das brigadas em que cada elemento que vem trabalhar informa logo a organização do que quer ou sabe fazer, factor que facilita a distribuição de tarefas e a organização do trabalho.

Camarada

Vem aí a Festa do «Avante!». Contamos contigo, com umas horas das tuas noites para participares nesta grandiosa construção à dimensão da grandeza do nosso «Avante!» e do nosso Partido.

HÁ FESTA NA FIL!

Sábado, 4 de Setembro, às 21 e 30

- Carlos Paredes
- Luísa Basto
- Fernando Tordo
- Paulo de Carvalho
- Carlos do Carmo
- Ary dos Santos

2.º SORTEIO DA EP

São estes os trinta brindes que vão ser sorteados no próximo dia 4. Para que eles te possam caber (bem como os do último sorteio que se realizará mais tarde) basta que até àquele dia adquiras a tua EP!

1.º Brinde		—	Uma **tenda de campismo** para 4 pessoas com **2 camas** e **2 sacos de dormir**
2.º	»	—	Uma **motorizada**
3.º	»	—	Uma **máquina de lavar roupa**
4.º	»	—	Um **rádio-gravador de cassettes**
5.º	»	—	Uma **máquina de café**
6.º	»	—	Uma **trituradora eléctrica**
7.º	»	—	Um **cabaz da Reforma Agrária** (azeite, compotas variadas, vinho, aguardente, enchidos, grão, queijo, etc.)
8.º	»	—	Um **cabaz da Reforma Agrária**
9.º	»	—	Um **cabaz da Reforma Agrária**
10.º	»	—	Um **comboio eléctrico**
11.º	»	—	Um **par de patins**
12.º	»	—	Um **jogo de construções**
13.º	»	—	Uma **minidiscoteca**
14.º	»	—	Uma **minidiscoteca**
15.º	»	—	Uma **minidiscoteca**
16.º	»	—	**Obras Escolhidas de Lénine**
17.º	»	—	**Obras Escolhidas de Marx e Engels**
18.º	»	—	Uma **medalha de bronze PCP**
19.º	»	—	Uma **medalha de bronze PCP**
20.º	»	—	**Biblioteca "Avante!"** (livros no valor de 2000$00)
21.º	»	—	**Biblioteca "Avante!"** (livros no valor de 1000$00)
22.º	»	—	**Biblioteca "Avante!"** (livros no valor de 500$00)
23.º	»	—	Uma assinatura da **"Revista Internacional"**
24.º	»	—	Uma assinatura da **"Revista Internacional"**
25.º	»	—	Uma assinatura da **"Revista de Economia"**
26.º	»	—	Uma assinatura da **"Revista de Economia"**
27.º	»	—	Uma assinatura do **"Avante!"**
28.º	»	—	Uma assinatura do **"Avante!"**
29.º	»	—	Uma assinatura do **"Avante!"**
30.º	»	—	Uma assinatura do **"Avante!"**

CAMARADAS DA MARGEM SUL PROMOVEM A NOSSA FESTA

Entusiasmo e alegria nas sessões de promoção da Festa do "Avante!" na Cova da Piedade e em Setúbal com a presença do camarada Dias Lourenço

Os camaradas da margem sul, que se vêm distinguindo na promoção da Festa do «Avante!», realizaram, no último fim-de-semana, sessões de esclarecimento e convívio nas quais esteve presente o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do nosso Partido e director do «Avante!». Tanto na Cova da Piedade, no barracão da Romeira, como em Setúbal na Escola Industrial e Comercial, fez-se sentir vibrante entusiasmo.

Em Setúbal, com a sala quase completamente cheia, actuou o camarada José Barata Moura que empolgou a assistência com as suas canções revolucionárias impregnadas de amor e de humanismo.

Um elemento da Comissão Concelhia fez uma pequena intervenção, falando do que será a festa do «Avante!», a projecção que esta festa já está a ter, mesmo a nível internacional e a grande jornada que ela será, de confraternidade universal.

Dias Lourenço, que falou da situação política, referiu-se também à grande festa do «Avante!», do grande poder de mobilização e do esforço de muitos camaradas para que ela seja uma realidade, salientando que será uma festa do internacionalismo proletário.

No final, actuou a Brigada Vítor Jara, de Coimbra, que deu por terminada a sua comparticipação a hora já tardia, com pedidos insistentes para continuar.

O sorteio de EPs durante o convívio foi pretexto para a sua divulgação que aliás tem tido bastante procura, mesmo tendo em conta o facto de no mês de Agosto, grande parte da população passar férias fora da terra. Sobre a grande festa do «Avante!», para a qual têm trabalhado muito militantes setubalenses, a generalidade das pessoas contactadas são de opinião de que terá um grande impacto político e de que constitui uma prova de militância do nosso Partido, a determinação dos seus militantes de mostrarem aos camaradas estrangeiros a realidade da vida portuguesa e o empenho em que os comunistas portugueses estão na construção do socialismo.

No primeiro encontro realizado no sábado, o conjunto musical «Os Vermelhos» e também a Brigada «Vítor Jara» animaram o Canto Livre. A sala encontrava-se decorada com motivos alusivos ao grande acontecimento que o nosso Partido vai viver com a realização da Festa do «Avante!».

Mais de 500 camaradas e amigos conviveram alegremente e demonstraram o seu empenho na Festa do "Avante!".

Também a Comissão Concelhia do Seixal tem levado a efeito, todos os fins-de-semana, em Paio Pires, no jardim público, jornadas de apoio à festa do "Avante!". No passado dia 29, essa jornada de convívio e solidariedade comunista, contou com a presença da Brigada Vítor Jara, que animou a festa com os seus cantos revolucionários. A sua actuação foi muito apreciada e comentada, tendo o grupo angariado a simpatia geral, pelo que foi muito aplaudido.

Estas festas contam com a participação efectiva de quase toda a população que a elas acorre e que já as não dispensa. Estes convívios ao ar livre e na harmonia e na camaradagem que caracteriza estes tipos de reuniões de comunistas, tem cativado muitas pessoas alheias ao partido, pelo que os seus promotores as consideram com aspectos muito positivos. A população do Concelho tem respondido de uma forma positiva à mobilização que uma festa como a do «Avante!», necessariamente, implica.

Assim, a célula do PCP da Construtora Moderna, juntamente com outros trabalhadores da mesma empresa, tem desenvolvido trabalho meritório com iniciativas diversas, pelo que, todos os dias, para além dos seus afazeres profissionais, trabalham duas horas (não contando sábados e domingos) para que a festa dos trabalhadores seja digna do nome do partido. Também a célula da Wicander não se tem poupado a esforços para que essa festa seja realmente a festa dos trabalhadores.

Um dos objectivos das reuniões-festa promovidas pela Comissão Concelhia do Seixal, é a divulgação da festa do «Avante!» e a consequente venda das EPs, objectivo que a Comissão está convencida que atingirá, de harmonia com o previsto.

FESTA POPULAR DA IV ZONA

A organização do nosso Partido na IV Zona de Lisboa, freguesias de Arroios, S. João, Penha de França, S. João de Deus e Santa Engrácia, prepara uma festa cujo objectivo é incentivar a mobilização para a Festa do "Avante!".

Podemos já informar que esta festa a realizar no próximo dia 10 de Setembro, á noite, no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico compreende uma sessão de Canto Livre na qual participam Fernando Farinha, Samuel, Joaquim Pessoa, José Jorge Letria o Grupo de Teatro "Ensaio" e outros camaradas que anunciaremos no próximo "Avante!". Haverá ainda uma Quermesse, bancas de materiais do Partido organizadas pela IV Zona e ainda os indispensáveis "comes e bebes".

Os camaradas da IV Zona do PCP trabalham arduamente para que no dia 10, ofereçam à população uma grande festa popular com entrada livre.

CAMARADAS DE SOURE PROMETEM PÃO DE LÓ

Os comunistas e antifascistas de Soure e do concelho, também, estarão presentes na Festa do nosso "Avante!". Várias excursões estão a ser organizadas.

Para já os camaradas de Soure avisam que trarão para oferecer ao nosso Partido "os já muito conhecidos pão-de-ló, biscoitos de azeite e suspiros".

VIETNAM UNIDO: O FRUTO DE 30 ANOS DE LUTA HERÓICA

Há trinta anos, no dia 2 de Setembro de 1945, o camarada Ho Chi Minh, herói do povo vietnamita e destacado militante do movimento operário e comunista internacional, anunciou ao mundo, num comício em Hanói, o nascimento do primeiro Estado dos Trabalhadores, no sudeste asiático: a República Democrática do Vietnam.

Hoje, o Vietnam unificado é uma realidade histórica e irreversível. O Vietnam socialista é um grande Estado, com 50 milhões de habitantes, encabeçado por um partido marxista-leninista, apontado em todo o mundo pela correcção e coerência da sua linha política, pela coragem e abnegação dos seus militantes. No sudeste asiático o Vietnam constitui um exemplo e um apoio na luta pela paz e pelo progresso dos povos desta região.

Um longo caminho foi percorrido de 45 a 76, um caminho que passou pela vitória da Revolução de libertação nacional, levada a cabo pelo povo vietnamita sob a direcção da classe operária e da sua vanguarda combativa — o Partido dos Trabalhadores do Vietnam. Um caminho que passou pela luta heróica contra o colonialismo francês e seus cúmplices. Pela derrota do imperialismo americano, sustentáculo do regime fantoche do Sul do Vietnam.

Sob a palavra de ordem "tudo par a frente, tudo para a vitória", o povo vietnamita, o Governo da RDV, os comunistas vietnamitas, empenharam-se numa luta sem tréguas contra o colonialismo francês. Foi elaborado um programa concreto de luta anti-imperialista, nos domínios militar, político, económico, social. Então como hoje, e no decurso de toda a imensa batalha que opôs o povo do Vietnam ao agressor imperialista, um papel de destaque foi atribuído à mobilização das mais amplas massas populares, ao reforço do poder popular, à criação e reforço da indústria, ao desenvolvimento da democracia. Cuidou-se também do desenvolvimento da saúde pública, da cultura e da instrução. Isto num período de guerra. Uma guerra de consequências decisivas.

A 21 de Julho de 54, foram assinados os Acordos de Genebra, que abriam a via do desenvolvimento pacífico do país, prevendo a divisão do território por uma linha provisória no paralelo 17.º, consultas entre as autoridades das duas zonas para preparar eleições gerais livres para a reunificação do Vietnam, eleições que se deveriam realizar até Julho de 1956. A assinatura dos acordos de Genebra constitui uma grande vitória para o povo vietnamita e para todas as forças progressistas do mundo.

O Norte estava completamente livre da dominação imperialista. O seu povo lançou mãos à imensa tarefa de construção de uma sociedade socialista.

Face à realidade de não cumprimento dos acordos pelos EUA, o III Congresso do PTV decidiu: "nesta etapa, a revolução vietnamita tem duas tarefas estratégicas a cumprir. A primeira: realizar a revolução socialista no Norte do Vietnam. A segunda: libertar o Sul do Vietnam da dominação dos imperialistas americanos e dos seus acólitos, reunificar o país e lançar as bases da independência e da democracia em todo o território nacional".

Em 1961 os EUA passaram a intervir directamente na guerra do Vietnam. A escalada dos seus crimes no território vietnamita é amplamente conhecida pelos povos e por todas as forças progressistas.

Ao apelo do partido e do governo, a população da República Democrática do Vietnam transformou o seu país numa fortaleza indestrutível, numa firme base de apoio para os revolucionários que se batiam pela libertação do Sul do Vietnam. Durante a guerra, o auxílio multiforme da URSS e dos outros países da comunidade socialista, assim como de todas as forças progressistas do mundo, foi o principal factor de apoio moral e material à República Democrática do Vietnam.

A 27 de Janeiro de 1973, foi assinado em Paris o tratado de Paz. As forças da reacção e do imperialismo tinham saído finalmente derrotadas.

Hoje, ultrapassada a fase de superação das mais graves consequências da guerra, o Vietnam unido prepara-se para cumprir o plano quinquenal para 1976-1980. Está prevista a mecanização de 35-40% de todos os ramos da produção, o que permitirá elevar a extracção de petróleo para os 9-10 milhões de barris por ano, a produção siderúrgica para 500 000/600 000 toneladas. A produção de adubos químicos deve ultrapassar um milhão de toneladas, a de electricidade 3 a 5 milhões de kwh, a de cimento, 2 a 3 milhões de toneladas. Prevê-se a solução do conjunto dos problemas alimentares. O CC do PVT coloca como tarefa a construção da base material e técnica à escala de todo o território nacional, no período de 15 a 20 anos.

"Avançaremos lado a lado com os países socialistas e os povos de todo o mundo que lutam pela paz, a independência nacional, a democracia e o socialismo. Apoiaremos activamente a luta dos povos de todo o mundo contra as forças imperialistas, colonialistas e neocolonialistas enquadradas pelo imperialismo americano. Por outro lado, contribuiremos activamente para reforçar a coesão combativa e a cooperação,a ajuda mútua entre todas as forças revolucionárias. Contribuiremos para o reforço da solidariedade dos países socialistas com o movimento comunista internacional, para consolidar a frente anti-imperialista dos povos do mundo inteiro" — declarou o camarada Le Duan à Assembleia Nacional. Esta a posição internacional do Vietnam unido — força de paz no sudoeste asiático, exemplo a apontar o caminho do futuro aos povos que lutam pela sua libertação.

SAUDAÇÃO DO PCP

Queridos Camaradas:

É com profunda alegria e emoção que o Comité Central do Partido Comunista Português vos dirige, por ocasião do 31.º aniversário a proclamação da independência da República Democrática do Vietnam, hoje Festa Nacional da República Socialista do Vietnam, as suas mais calorosas e fraternais saudações.

Nesta data histórica para a Pátria Vietnamita, os comunistas portugueses saúdam os comunistas, os patriotas e todo o povo do Vietnam unido e socialista pelas magníficas vitórias alcançadas ao longo de 30 anos de resistência heróica contra o colonialismo, a reacção interna, o imperialismo e seus lacaios.

A justa luta do povo do Vietnam contra os seus inimigos sucessivos, conduzida pela sua vanguarda revolucionária, o Partido dos Trabalhadores do Vietnam, o Partido de Ho Chi Minh, foi durante longos anos exemplo e esperança para todos os povos. A vitória da Nação Vietnamita reunificada, devida à abnegação e heroísmo do vosso Partido e do vosso povo, ao apoio activo da União Soviética e dos outros países da Comunidade Socialista, à solidariedade de toda a Humanidade progressista, reforça a certeza de que hoje, mais do que nunca, o imperialismo não conseguirá vencer a luta dos povos contra a exploração e opressão, por uma sociedade pacífica, democrática e progressista.

Queridos Camaradas:

Empenhados, desde o 25 de Abril de 1974, num processo revolucionário complexo que modificou radicalmente a realidade portuguesa, o nosso Partido luta actualmente pela defesa e consolidação das conquistas revolucionárias alcançadas desde então pelo povo português: as liberdades democráticas, o fim do colonialismo português, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário.

No decorrer dos dois anos que se seguiram ao derrubamento do regime fascista, Portugal viveu uma situação democrática, embora instável e perigosa, em que uma luta aguda opôs as forças da direita reaccionária, apoiadas pelo imperialismo, às forças democráticas e ao movimento popular, aliados aos militares progressistas, defensores do espírito libertador do 25 de Abril.

Actualmente, embora continuando a atravessar uma situação não isenta de perigos e riscos, a Constituição da República Portuguesa consagra as conquistas fundamentais da Revolução de Abril e estatui um regime democrático, rumo ao socialismo.

Lutando contra as tentativas de recuperação capitalista por parte da direita reaccionária e assinalando os perigos de uma eventual aliança do Partido Socialista, único partido no Governo, com as forças da direita, o Partido Comunista Português propõe, simultaneamente, a mais larga aliança de todas as forças democráticas e de esquerda, nomeadamente de comunistas e socialistas, de todas as forças progressistas, civis e militares, interessadas no respeito e aplicação prática da Constituição, na defesa e prosseguimento do processo revolucionário.

Profundamente convictos do grande alcance que para o Povo português possuem as conquistas já obtidas contra o poder dos monopólios, dos latifúndios e do imperialismo estrangeiro, confiantes na classe operária, estamos seguros de que o nosso povo alcançará a vitória e construirá em Portugal um regime democrático, rumo ao socialismo.

Queridos Camaradas:

Os comunistas portugueses compartilham da vossa alegria e legítimo orgulho nas comemorações da Festa Nacional da República Socialista do Vietnam, na data em que há 31 anos foi fundado o primeiro Estado socialista no Sudeste Asiático. Nesta nova etapa da vossa luta, queremos reafirmar-vos os profundos sentimentos de solidariedade dos comunistas, da classe operária e do povo trabalhador de Portugal para com o vosso Partido e o vosso povo e formular-vos ardentes votos de grandes êxitos na construção pacífica do Socialismo em todo o Vietnam reunificado.

Fazemos também votos, queridos camaradas, para que se estreitem e reforcem ainda mais os fraternais laços de amizade e de solidariedade combativa de há muito existentes entre os nossos dois Partidos[e para que, na nova situação existente no Portugal democrático e na República Socialista do Vietnam, se desenvolvam as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países e os nossos dois Partidos; e para que, na nova situação existente no Portugal democrático e na República Socialista do Vietnam, se desenvolvam as relações de amizade e cooperação entre os nossos dois países e os nossos dois povos.

VIVA
O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

O Comité Central do Partido Comunista Português

O Vietnam reunificado não poupa esforços para reconstruir o país mutilado pelo imperialismo norte-americano

MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS NA FESTA DO «TRYBUNA LUDU»

Mais de um milhão de pessoas participaram no último fim-de-semana, em Varsóvia, na grande festa anual do «Trybuna Ludu», órgão central do Partido Operário Unificado da Polónia. Varsóvia tem um milhão e meio de habitantes, mas muitos milhares de polacos vieram de vários regiões do país para viverem de perto o grande acontecimento.

A festa desenrolou-se simultaneamente em dois locais principais: no grande estádio de Varsóvia e nos amplos e frondosos parques anexos; e, a poucos quilómetros de distância, em plena cidade, na grande praça em cujo centro de ergue o Palácio da Cultura, obra monumental (teatros, cinemas, anfiteatros, ginásio, piscina, salas de exposições, bibliotecas, centros de estudo e investigação) oferecido nos anos cinquenta pelo povo soviético ao povo polaco.

Não é tarefa fácil descrever o que foram estes dois dias de entusiasmo e alegria populares. Daremos apenas uma pálida ideia se dissermos que sábado e domingo, de manhã à noite, ininterruptamente, funcionaram nos dois espaçosos recintos centenas de pequenos *stands* de venda dos mais variados produtos, nomeadamente artesanato; restaurantes, cafés, esplanadas; exposições de fotografia, e de actividades locais. Há ainda que falar das provas desportivas, desde o futebol ao *karting*; dos espectáculos musicais e de variedades em cerca de uma vintena de palcos; das dezenas de jogos populares, abertos à participação de todos; de uma multiplicidade de actividades dedicadas às crianças.

Num dos anfiteatros do gigantesco Palácio da Cultura decorreu o Forum dos Debates: especialistas em diversas matérias (saúde, ensino, etc.) expuseram as mais modernas teorias sobre os respectivos temas, responderam a perguntas, dialogaram com o público. Muitas outras actividades decorreram noutros locais, desde as provas náuticas no rio Vistula, que passa pelo centro da cidade num enquadramento de grande beleza, até aos espectáculos de *ballet* num dos teatros entre as várias dezenas sempre em funcionamento de que Varsóvia dispõe.

Estes dois dias de festejos, caracterizados pela grande participação popular, demonstraram bem em que medida o «Trybuna Ludu», a Tribuna do Povo, está ligado às massas e merece o carinho de um povo que, liberto da terrível herança de destruição e morte deixada pelo domínio nazi e pela guerra, trilha confiantemente os caminhos do socialismo desenvolvido.

Um programa especial foi dedicado pelos camaradas polacos aos jornalistas estrangeiros convidados a assistir aos festejos, em representação de órgãos centrais de partidos irmãos. Através de contactos com trabalhadores e dirigentes do partido e de diversas visitas, foi-nos dado aperceber o grande esforço da classe operária e do povo polaco, sob a direcção provada do seu partido de vanguarda, no sentido de incrementar o progresso económico do país e aumentar o nível de vida da população.

O crescimento dinâmico da sociedade polaca é particularmente visível no sector industrial, a cujo desenvolvimento são dedicados 23-25% do rendimento nacional, uma das mais altas percentagens do mundo. Um dos símbolos mais notáveis deste crescimento é a gigantesca siderurgia em construção perto da cidade de Katowice, a qual, depois de completa, produzirá 10-12 milhões de toneladas de aço por ano. No empreendimento trabalham cerca de 60 mil pessoas, incluindo 14 mil metalúrgicos, mil engenheiros e 5 mil outros técnicos especializados. A idade média dos trabalhadores é de 30 anos: em Katowice como no resto da Polónia, a juventude participa activamente na construção da Polónia socialista.

F.C.

A CHECOSLOVÁQUIA SOCIALISTA VENCEU OS DESIQUILÍBRIOS REGIONAIS

A Sociedade Socialista é a única capaz de equilibrar o potencial económico e o nível de vida entre zonas mais desenvolvidas e zonas tradicionalmente exploradas

Contrariamente ao que se passa nos países capitalistas, onde as diferenças regionais, longe de ser atenuadas, são com frequência acentuadas, a sociedade socialista é a única capaz de equilibrar o potencial económico e o nível de vida entre zonas mais desenvolvidas e zonas tradicionalmente exploradas e dependentes. O exemplo da Checoslováquia é elucidativo.

Quando, depois da primeira Guerra Mundial, no ano de 1918, os checos e os eslovacos constituíram no centro da Europa, e sobre as ruínas da monarquia austro-húngara, o seu Estado moderno unificado, a República Checoslovaca, o desenvolvimento económico era muito diferente nas diversas regiões do país. Essa diferença era particularmente expressiva, entre as regiões ocidentais, industrialmente desenvolvidas — Boémia e Morávia — e a parte oriental, fundamentalmente agrícola e economicamente atrasada, a Eslováquia.

Os círculos governantes burgueses dessa época nunca resolveram esta situação, e, em muitos sentidos, mantiveram-na intencionalmente. E assim, praticamente durante todo o período da Checoslováquia de antes da guerra, a Eslováquia formava uma espécie de apêndice agrário e fonte de força de trabalho barata para as regiões checas industrialmente desenvolvidas — Boémia e Morávia. Naturalmente que isto se reflectia no baixo nível de vida dos habitantes da Eslováquia, o que os levou à emigração. Devido às difíceis condições de vida e ao desemprego, emigraram dessa região, no período entre as duas guerras mundiais, mais de 220 mil pessoas que iam em busca de trabalho. A diferença no nível geral entre as regiões checas e a Eslováquia demonstram bem o facto de que enquanto a Eslováquia, em 1937, contava com 24,5 % do total dos habitantes do país, a sua participação na criação da renda nacional alcançava cerca de 15 %, 7,8 % na produção industrial nacional, 23 % na produção agrícola, 15 % no consumo de carne, 16 % na quantidade total de médicos, 8 % dos estudantes das escolas superiores e uns 5 % de número de teatros.

O Partido Comunista da Checoslováquia foi o único que encarou a solução deste problema. Na sua Conferência de Banská Bystrica, em 1937, foi aprovado o Plano de Incremento Económico, Social e Cultural da Eslováquia, cuja realização de facto não pôde efectuar-se senão depois da Segunda Guerra Mundial, nas condições da construção do socialismo na Checoslováquia.

A Eslováquia transformou-se totalmente desde 1945. Graças à construção prioritária de obras fundamentais e o acelerado desenvolvimento da produção industrial e de todos os outros ramos, a Eslováquia aproxima-se, no fundamental, do potencial económico e do nível de vida dos habitantes das regiões checas.

O ritmo de construção de obras de base e da industrialização, à semelhança do desenvolvimento dos transportes, agricultura, construção e ainda outros sectores, foi consideravelmente mais acelerado que noutras regiões. Isto ajudou a eliminar no fundamental as diferenças anteriores no nível económico entre a parte oriental e ocidental do país. O ritmo mais acelerado do desenvolvimento da Eslováquia é testemunhada eloquentemente pelo facto de, em comparação com o ano de 1937, a produção industrial até 1973 ter aumentado na Rep. Socialista Checa em cerca de 7,5 vezes e na Rep. Socialista Eslovaca mais de 33 vezes. A homogeneidade económica gradual de todo o território do Estado é ilustrado pelo facto de que em 1975 a Eslováquia participou com uma população de aproximadamente 32 %, na produção industrial com cerca de 27 %, na produção agrícola aproximadamente com 33 % e no volume dos trabalhos da construção com 34 %. Para comparar o nível económico total alcançado nas duas Repúblicas nacionais, o mais eloquente é que no ano de 1975 a formação do produto social por cada habitante alcançou na Rep. Soc. da Eslováquia 84,6 % do nível da Rep. Soc. Checa. Ao mesmo tempo é importante notar que a Eslováquia nos últimos cinco anos participou no incremento nacional da produção industrial com mais de 34 %, sendo na produção agrícola com 37,5 % e na produção para a construção com 37 %, ou seja que os aumentos da produção são, na Eslováquia, em proporção, novamente com o número de habitantes, maiores que na Rep. Soc. Checa.

Simultaneamente com este desenvolvimento económico e com um ritmo mais acelerado que a média nacional, desenvolve-se na Eslováquia o nível de vida, a assistência à saúde, a educação e outros sectores, pelo que também neste campo as diferenças entre a R. S. Checa e a R. S. Eslovaca se esbateram quase completamente. Por exemplo, em comparação com o número de habitantes, na Eslováquia há mais estudantes dos ensinos secundário e universitário que na R. S. Checa. O salário médio atingiu em 1975, 2323 coroas na R. S. Checa e 2270 na R. S. Eslovaca.

3

E.U.A.: 200 anos de capitalismo
U.R.S.S.: 59 anos de socialismo

DOIS PAÍSES EQUACIONAM O SEU FUTURO

Os aniversários sempre deram ensejo a uma análise do caminho percorrido e a previsões do que reserva o futuro. O bicentenário dos EUA não constitui, neste sentido, uma excepção.

A influente revista bruguesa "Fortune" dedicou a esta data um número especial (o de Abril de 1975). O primeiro artigo comemorativo deste número começa com as seguintes palavras:

"Nestes dias, muitos americanos se perguntam se ao seu país não estaria reservado, pelo próprio destino, um declínio trágico... O pior escândalo político na história dos EUA fez com que o presidente americano tivesse que abandonar o seu cargo. A estrutura política foi abalada pela pressão... por parte dos seus cidadãos, muitos dos quais perderam a fé de que o governo é capaz de cumprir as suas funções. A economia atolou-se no pântano da maior queda dos últimos 40 anos. Toda uma profusão de males sociais (o mais visível dos quais é o crescente nível de violência e criminalidade) tomou conta da nação".

E mais uma opinião emitida às vésperas do ducentésimo aniversário dos EUA. Ela pertence ao decano do jornalismo americano James Reston, observador do jornal "New York Times":

"Muitos homens e mulheres criteriosos chegam à conclusão de que o sistema político americano é injusto, outros que injusto é todo o sistema capitalista".

Com efeito, hoje em dia muitas pessoas, não só nos Estados Unidos, mas também nos maiores países capitalistas da Europa Ocidental, se perguntam — terá futuro o capitalismo? Por quanto tempo, ainda, o líder do sistema capitalista — os EUA — continuará a ser a maior força da economia mundial? Os prognósticos americanos oficiais, que supõem só possam os EUA restabelecer a sua produção após a actual queda, por volta de 1980, não são de molde a infundir optimismo à maior potência capitalista.

Os prognósticos do povo soviético relativamente ao seu futuro são diametralmente opostos. A sociedade soviética sente-se, hoje, mais coesa do que nunca. Ela encara com segurança o seu amanhã, avançando com êxito em direcção ao seu alvo — a construção do comunismo.

O optimismo social dos soviéticos tem um fundamento sólido. O país cumpriu com êxito o nono plano quinquenal de fomento da sua economia (1971-1975). No decurso de todo este período, a economia soviética avançou estavelmente, razão por que o país pôde elevar o seu rendimento nacional em 28 por cento e os fundos básicos de produção em 50 por cento. Em cinco anos, a receita real dos soviéticos aumentou, em média, em 25 por cento, mantendo-se estáveis os preços (na URSS, a receita real duplica aproximadamente de 15 em 15 anos). Os pagamentos e as vantagens concedidas aos cidadãos soviéticos por conta dos fundos públicos de consumo, durante o mesmo período, aumentaram em quase 26 biliões de rublos. Eram elevadas também as reformas e pensões, as mensalidades pagas aos estudantes e os subsídios pagos a cidadãos soviéticos; o Estado construiu para o povo moradias com uma área útil de 544 milhões de metros quadrados.

Nos próximos cinco anos (1975-1980), na URSS pretende-se elevar ainda mais o nível material e cultural de vida do povo soviético na base dum fomento dinâmico e proporcional da produção pública e do aumento de sua eficácia.

Espera-se que a produção industrial aumente, neste lustro, em 35-39 por cento e os fundos básicos de produção em 40 por cento. Os dados numéricos que seguem abaixo, dão uma ideia da envergadura desse aumento: em 1980, serão produzidos na URSS 1340-1380 biliões de kwh de energia eléctrica; a extracção de petróleo (incluindo o condensado de gás) elevar-se-á 620-640 milhões de toneladas e a de carvão a 790-810 milhões de tn.; a produção de aço chegará a 160 ou 170 milhões de toneladas.

A agricultura também continuará a desenvolver-se. Pretende-se elevar a produção agrícola anual numa média que varia entre 14 e 17 por cento. Na agricultura serão investidos capitais fabulosos — mais de 170 biliões de rublos. À disposição dos kolkohoses e sovkhoses serão postos 1900 mil tractores, 1350 mil camiões, 538 mil ceifeiras-debulhadoras, uma grande quantidade de outras máquinas, instrumentos e adubos minerais.

A receita real "per capita" aumentará, em cinco anos, 20 ou 22 por cento, o salário médio dos operários e empregados 16-18%. A receita dos kolkhosianos subirá, em média, em 24-27%. Aos soviéticos serão efectuados pegamentos e concedidas vantagens por conta dos fundos públicos de consumo 28-30 por cento a mais do que antes. Prosseguirá em grande escala a construção habitacional (500-545 milhões de m^2).

No programa social quinquenal da URSS cabe um lugar de destaque às medidas que visam criar condições mais propícias para o trabalho e o descanso dos soviéticos, o aumento do seu nível educacional e técnico-cultural, defesa da saúde e educação dos filhos.

É digno de nota o seguinte pronunciamento do conhecido economista americano D. Galbraith feito a propósito da publicação dos planos de fomento da URSS de 1976 a 1980:

"Admiro os grandes esforços ligados à elaboração dos planos quinquenais soviéticos e os êxitos colossais em que assenta cada um destes programas".

Hoje em dia, torna-se cada vez mais evidente que o tempo está a trabalhar a favor do mundo novo, que o capitalismo perdeu para sempre o seu poder absoluto de outrora. Os países da comunidade socialista, cuja força principal é a URSS, constituem, na actualidade, a parte do Mundo que progride com mais dinamismo. Sobre os países da comunidade socialista recai aproximadamente um terço da produção industrial do mundo, ao passo que sbre os EUA cerca de uma quarta parte e sobre os países da Europa Ocidental — cerca de uma quinta parte.

Segundo assinalou no XXV Congresso o Secretário-Geral do CC do PCUS, Leonid Brejnev, nos últimos cinco anos, a indústria dos países da comunidade socialista esteve a desenvolver-se quatro vezes mais depressa, do que a dos países capitalistas desenvolvidos.

A distância que separa a União Soviética dos EUA na esfera económica, está a diminuir dum modo cada vez mais visível. Referindo-se a questões da emulação económica entre os dois países, o notável economista americano Victor Perlo escrevia o seguinte em Fevereiro de 1976:

"Em 1913, a produção industrial da Rússia equivalia a um oitavo da americana; 1950, a indústria soviética já representava 30 por cento da produção americana; em 1974 cerca de 80 por cento. Tendo em conta a queda da produção nos EUA em consequência da crise e o grande aumento da produção industrial na URSS, em 1975 esta correlação melhorou ainda mais. Quando a URSS cumprir o seu décimo plano quinquenal e quando a produção nos EUA, segundo as previsões oficiais, for restabelecida, o volume total da produção industrial dos dois países, em 1980, será quase o mesmo.

O efeito das leis económicas que regem os dois sistemas não deixa dúvidas de que o socialismo, em breve prazo histórico, se transformará na principal força da economia mundial. É de supor que, não fossem os grandes danos causados pela intervenção estrangeira (1918-1920) e na Segunda Guerra Mundial, este objectivo seria alcançado hoje mesmo".

BULGÁRIA: O PODER NAS MÃOS DOS TRABALHADORES

Realizou-se recentemente na Bulgária, um conjunto de eleições que reflecte o carácter profundamente democrático do socialismo. Mas a democracia socialista não se cinge ao momento eleitoral. Através da participação das massas populares na definição e concretização de todas as tarefas nacionais, realiza uma verdadeira fusão entre o aparelho de Estado e os trabalhadores. Os conselhos populares e as comissões permanentes, são elementos importantes, ainda que diferenciados, de tal fusão

No fim do mês de Maio realizam-se na Bulgária as eleições para a VII Assembleia Nacional, para os conselhos populares departamentais, comunais urbanos, de distrito e rurais, para os juízes e acessores dos tribunais populares.

A Assembleia Nacional e os conselhos populares constituem a base de todo o Poder representativo do país. Num país verdadeiramente democrático como é a Bulgária, este conjunto de eleições assume particular importância e reflecte o real Poder das massas trabalhadores a todos os níveis de decisão de um governo que é seu.

Os conselhos populares são os órgãos locais do Poer de Estado.

São eleitos pela população do respectivo departamento (as mais importantes unidades administrativas e territoriais), das comunas urbanas, de distrito e rurais, para um período de dois anos e meio. Nestas eleições, como nas eleições parlamentares, participam todos os cidadãos maiores de 18 anos, sem distinção.

Os conselhos populares têm um papel muito importante dentro da sua circunscrição, e na edificação da nova sociedade na Bulgária. As suas *atribuições*, são vastas. Dirigem a promoção de todas as iniciativas económicas, sociais e culturais de interesse local. Elaboram o orçamento e o plano económico da comuna do departamento, no quadro dos planos quinquenais e do orçamento do Estado, zelam pela boa gestão dos bens de Estado e das empresas económicas situadas na sua circunscrição, pelo respeito das leis e a defesa dos direitos dos cidadãos, dirigem a actividade dos órgãos executivos correspondentes.

De armonia com as novas necessidades que vão surgindo com o ininterrupto progresso do país, *os direitos, os deveres e as funções dos conselhos populares têm vindo a ser alargados,* em particular nos últimos anos, entre os dois últimos dois congressos do Partido Comunista Búlgaro. Actualmente, os conselhos estão encarregados de dirigir e controlar a actividade económica na sua circunscrição, acompanhar de perto a actividade das organizações comerciais por grosso e em retalho, e os complexos agro-industriais. Graças a esta reorganização, assiste-se a um considerável alargamento da participação e da contribuição dos conselhos populares para o conjunto de actividades da respectiva circunscrição e de todo o país em geral.

Os conselhos populares funcionam em estreita e permanente ligação com os trabalhadores. As suas reuniões peródicas são públicas. Os conselheiros eleitos fazem relatórios da sua actividade aos eleitores e convocam, sempre que necessário, reuniões públicas e encontros com o eleitorado. O direito de controlo dos eleitores concretiza-se nomeadamente na possibilidade de exigir a retirada do conselheiro antes de terminado o período do seu mandato, sempre que tenha abusado da confiança nele depositada ou atraiçoado os compromissos assumidos para com a organização de que foi candidato.

A lei relativa aos conselhos populares estabelece diferentes formas de representação para os diversos órgãos locais de Poder do Estado, fixando o número máximo e mínimo de conselheiros. Assim, por exemplo, um conselheiro do conselho popular departamental é eleito por 1500 habitantes, mas o número de conselheiros não deve ultrapassar os 180. Nas comunas rurais, 150 habitantes elegem um conselheiro, não devendo o seu número ser inferior a 30 nem superior a 70. A diferenciação de normas de representação em relação ao número de habitantes nas eleições dos conselhos populares urbanos é ainda mais vincada. Quanto maior é a população nas comunas urbanas, mais elevado é o número padrão para eleição de cada conselheiro.

COMISSÕES PERMANENTES

Através das normas fixadas pela lei, pretende-se assegurar *a mais completa representação da população.* Por outro lado, evitando a crição de um número excessivo ou muito pequeno de órgãos locais de poder de Estado, criam-se as premissas indispensáveis para uma *correcta organização e funcionalidade dos conselhos populares,* que lhes permite realizar com sucesso as imensas tarefas que estão a seu cargo.

Os órgãos locais de Poder de Estado — os conse- populares — elegem comissões permanentes. Segundo a legislação em vigor, as comissões permanentes são órgãos auxiliares dos conselhos populares, encarregados de certas iniciativas e funções de controlo sobre a actividade de outros órgãos dependentes dos conselhos populares. Não *se trata de órgãos de Poder de Estado. Tão pouco de* organismos administrativos. São organizações auxiliares no cumprimento das múltiplas tarefas que cabem aos conselhos populares.

As comissões permanentes dependem dos conselhos populares e prestam-lhe contas da sua actividade.

As comissões permanentes constituem uma forma orgânica de integração dos conselheiros na prática do cumprimento das tarefas próprias dos conselhos populares, e simultaneamente uma forma de participação activa de todos os cidadãos nas actividades dos conselhos populares. As comissões permanentes constituem elos de união permanente entre os conselhos populares e os trabalhadores, assim integrados na concretização das tarefas dos conselhos. **O Princípio da participação dos trabalhadores na concretização do poder de Estado, constitui a base do regime de democracia popular na Bulgária, como nos restantes países socialistas.** *A participação popular na gestão de Estado atinge tais proporções que se verifica de facto uma fusão do aparelho de Estado com as massas trabalhadoras.* Esta fusão opera-se em particular através das comissões permanentes dos conselhos populares, que fazem participar numerosos trabalhadores nas suas actividades, sem ser na qualidade de conselheiro.

Os conselhos populares procedem à eleição de comissões permanentes na sua primeira sessão. O número e o tipo de comissões permanentes depende das funções dos órgãos locais de poder de Estado. O conselho popular da cidade de Sófia, por exemplo, elege comissões permanentes para a indústria e progresso técnico, para a indústria local, o trabalho e os preços, o urbanismo e a construção, a criação e arranjo de zonas verdes, transportes urbanos e energia eléctrica, comércio e agricultura, empresas de serviços comunais e de construção de habitações, finanças, instrução pública, artistas, especialistas saúde e segurança social, e técnicos. Desta forma, cultura, cultura física, ordem a *participação dos trabalhadores nos vários níveis de poder* torna-se pública e actividades de particularmente activa e eficaz massas. e corresponde de facto ao *pleno desenvolvimento da democracia socialista.*

Na actividade das comissões permanentes, participam, a título cosultivo, operários, camponeses,

Os trabalhadores búlgaros caminham confiadamente rumo ao futuro

Ler e divulgar o «AVANTE!» é ajudar o Partido

A INFLAÇÃO E A CLASSE OPERÁRIA

Um texto de S. NIKITINE e S. PRONINE Economistas Soviéticos

na REVISTA INTERNACIONAL n.º 7 de 1976

Pedidos a CDL Central Distribuidora Livreira – Av. Santos Dumont, 57-C-Lisboa 1

SEMANA INTERNACIONAL

PROVOCAÇÃO CONTRA A RDA

"A 13 de Agosto de 1961, as milícias operárias colocaram-se em frente da Porta de Brandenburgo para fazer compreender claramente, de uma vez para sempre, que a fronteira da RDA não é coisa discutível. É a fronteira de um Estado socialista soberano, que deve ser respeitada. Para o imperialismo, ela marca o limite do seu poder" — assim se refere o "Neus Deutschland", em editorial, à data histórica em que o povo da RDA disse — basta! — às provocações diárias do imperialismo, à forma arrogante como a fronteira da RDA era apontada como "questão aberta". O turbilhão de ódio vesgo, de refinadas calúnias, que recaiu sobre esta medida elementar de soberania, dá-nos a imagem de quanto ela era justa e necessária, quanto a sua concretização prejudicou os intentos da reacção internacional. Hoje, a utilização do termo "muro de Berlim", não pode deixar de caracterizar os que de facto se colocam, a nível internacional, ombro a ombro com o imperialismo, contra as forças progressistas e o socialismo, na batalha pela paz e pela distensão internacional. Porque o "muro de Berlim" foi um momento importante, uma peça não negligenciável, nessa luta decisiva do nosso tempo.

Nas vésperas do 13 de Agosto, a população da RDA, numa manifestação com desfile das milícias operárias da capital do seu país — Berlim —, declarou a sua vontade de se empenhar na defesa da paz e no reforço contínuo da pátria socialista. As medidas de segurança então elaboradas foram planificadas, coordenadas e realizadas como acção conjunta dos países membros do Tratado de Varsóvia.

A 13 de Agosto de 1961, a polícia da fronteira da RDA, o Exército Nacional Popular e as milícias populares da classe operária bloquearam as fronteiras do país com Berlim-Oeste, situada em pleno coração da República Democrática Alemã. Paralelamente foram estabelecidos numerosos pontos de passagem de fronteira, sendo sujeito o tráfico de pessoas e mercadorias ao controlo normal nas fronteiras dos outros Estados.

Graças a estas medidas, foi posto termo a uma situação anormal, de que o imperialismo usou e abusou desde a divisão da cidade de Berlim depois da segunda guerra mundial, conduzindo uma verdadeira guerra política e económica contra a RDA, em que os actos de sabotagem e espionagem, as manipulações monetárias, o roubo de especialistas e técnicos, se sucediam.

A 13 de Agosto de 1961, a RDA opôs-se firmemente à escalada da guerra fria, não simplesmente nas suas fronteiras, mas bem no interior do seu território. E abriu as portas para a concretização de uma série de medidas positivas, que viriam a permitir um clima de paz e de estabilidade num continente particularmente afectado pela violência de guerras sucessivas. As medidas então tomadas contribuíram para criar as condições necessárias para os acordos de Moscovo e Varsóvia, para o Tratado sobre as bases das relações entre a RDA e a RFA, para o acordo sobre Berlim-Oeste e para a Acta Final de Helsínquia, em que ficaram inscritos, na base do direito internacional, a inviolabilidade das fronteiras e o reconhecimento dos resultados da segunda guerra mundial e do desenvolvimento do pós-guerra.

Num período em que são evidentes os esforços de pôr em causa o espírito e a letra de Helsínquia, através de provocações organizadas em vários pontos, em particular naqueles que ainda são particularmente sensíveis, o imperialismo tenta manter uma fonte de tensão na fronteira entre a RDA e a RFA. Sucedem-se as calúnias e as provocações fronteiriças. Agosto deu pretexto aos órgãos "pluralistas" para novas tiradas anticomunistas, voltaram os ataques ao "muro" como ofensa às liberdades (as do imperialismo agir a seu bel-prazer, entenda-se). Certos políticos da RFA, em particular do CDU/CSU, pedem mesmo que seja feita pressão económica sobre a RDA, esquecendo que a RDA é um país socialista, onde portanto não se pactua com pressões externas, onde se conta com uma equilibrada base económica e que, em última análise, as relações entre os dois países são vantajosas para as duas partes, pelo que a RFA não seria menos prejudicada.

15 anos depois de erguida a fronteira necessária entre a RDA e a RFA em Berlim, as mais reaccionárias expressões do imperialismo sentem saudade do tempo em que lançar a provocação em terras socialistas era tão fácil como beber um copo de água — bastava atravessar uma rua! Sentem saudade da guerra fria que hoje se esforçam em vão por que renasça. Sentem saudade de um período negro da vida dos povos da Europa, quando se caminhava à beira do precipício da guerra. O clima de paz, hoje possível também graças ao 13 de Agosto de 61, não é nem poderia ser favorável a esses senhores. Atrapalha-lhes os movimentos. O recurso mais intensificado à provocação, não colherá os frutos desejados, mas exige vigilância redobrada dos povos.

O governo da RFA prepara neste momento uma monstruosa provocação — a criação de uma comissão encarregada de estudar a "violação dos direitos do homem" na RDA, a nível internacional. Esta proposta deve ser feita na Assembleia Geral da ONU, que se realizará a 15 do próximo mês. É indispensável que as forças progressistas se unam para que tão inqualificável provocação não passe. Para que sejam cortadas todas as possibilidades de que esta se vista do véu de respeitabilidade legalista que lhe daria a desejada aprovação.

Num momento em que o governo da RFA ensaia passos para abrir caminho ao retorno dos tempos de guerra fria e de tensão e instabilidade no centro da Europa, é oportuno recordar as reais violações aos direitos do homem praticadas no seu território, muito em particular toda uma legislação que visa afastar de toda a vida do país, nomeadamente cortando as possibilidades de sobrevivência, todos os elementos progressistas, através da negação de empregos com base numa actividade política de esquerda.

INGERÊNCIA CRIMINOSA DE ISRAEL NO LÍBANO

O Líbano – ponto nevrálgico onde hoje se trava uma importante batalha entre o imperialismo e o sionismo e as forças progressistas árabes (as forças patrióticas libanesas, a Organização de Libertação da Palestina), constitui neste momento fulcro das atenções mundiais. A posição que hoje se toma sobre os acontecimentos no Líbano, pode justamente ser considerado aferidor dos interesses defendidos – os do imperialismo ou os das massas populares.

A posição da União Soviética, de um povo realmente empenhado no processo de libertação de toda a humanidade, é mais uma vez inequívoca. Uma recente declaração do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiático – que pela importância da análise feita e pelo apelo que insere, transcrevemos – afere mais uma vez da coerência de uma linha internacional de aberto apoio a todas as forças progressistas.

«Estes últimos dias, destacamentos armados da reacção libanesa relançaram a escalada nas operações militares contra o movimento de resistência palestiniano e as forças patrióticas nacionais libanesas. Nas condições de um prolongado cerco imposto aos palestinianos e aos patriotas libaneses, as forças de direita, apoiadas pelos meios agressivos da OTAN, desencadearam uma poderosa ofensiva contra as posições dos palestinianos e dos patriotas libaneses e cometeram novas atrocidades nas regiões de que se apoderaram.

O assassinato de milhares de palestinianos e patriotas libaneses, de civis, em Nabaa, Tell-Zaatar e noutras regiões, pelas forças reaccionárias, provocou a indignação e foi abertamente condenado pelo povo soviético, por todos os que se batem pelos ideais da paz e da liberdade dos povos.

A acção de pirataria dos israelitas ao largo da costa libanesa, e que provocou praticamente o bloqueio do fornecimento de víveres e medicamentos ao país, enviados por organizações democráticas nacionais e internacionais à população libanesa, envenenou ainda mais a situação. Tudo isto confirma o perigo que representa o *complot* que visa liquidar as posições do movimento palestiniano e das forças progressistas libanesas, mostra os planos, a longo prazo, da reacção local e internacional no Médio Oriente.

Os soviéticos condenam a ingerência criminosa de Israel e das forças imperialistas que o apoiam, nos problemas do Líbano, consideram tal ingerência um novo acto de agressão de Tel-Aviv contra os povos árabes.

A opinião pública soviética considera que o comportamento da reacção em relação ao Movimento de Resistência Palestiniano e à sua vanguarda, a Organização de Libertação da Palestina, legítimo representante do povo palestiniano, largamente reconhecida pela comunidade internacional e pela Organização das Nações Unidas, é inadmissível e contrária aos princípios do humanismo e da lei internacional.

O povo soviético está firmemente convencido que o conflito libanês pode e deve ser resolvido pela negociação, num espírito democrático, pelos próprios libaneses, no interesse da defesa da integridade territorial, da independência e da soberania do Líbano. Os soviéticos apoiam activamente a posição da OLP e das forças patrióticas nacionais libanesas, que preconizam uma solução da crise libanesa sem ingerências externas, partilhando a ideia da opinião pública mundial sobre a importância para a solução da crise libanesa da retirada das tropas sírias do Líbano.

Entretanto, a cooperação da Síria com os seus aliados naturais na luta anti-imperialista – o movimento de resistência palestiniano e as forças patrióticas nacionais do Líbano –, muito contribuiria para a normalização do clima no Líbano. Contribuiria, incontestavelmente, para a reconstituição e reforço da frente das forças árabes que lutam contra a agressão israelita, os planos expansionistas e os desígnios do imperialismo e da reacção, por uma paz justa no Próximo-Oriente.

O Comité Soviético de Solidariedade dos Países Afro-Asiáticos, convida as organizações democráticas nacionais e internacionais a redobrar a sua actividade em apoio do povo árabe da Palestina e dos patriotas libaneses na sua luta para derrotar os planos imperialistas no Líbano, para acabar com a guerra sangrenta e conseguir a solução política imediata da crise libanesa, no interesse do povo deste país, de todos os povos do Próximo-Oriente».

ISRAEL: «TERRA PROMETIDA» DA VIOLÊNCIA

Na origem dos problemas fulcrais do Médio Oriente, factor base na dramática situação que hoje se vive no Líbano — Israel, justamente apontado por todas as forças progressistas como agressor e ponta de lança do imperialismo em terras árabes, deixa germinar no seu próprio território as sementes da violência, apoia a existência de grupos armados, dirigidos contra o povo palestiniano e todas as forças progressistas árabes, dirigidos também contra as forças progressistas internas.

Uma vaga de delinquência germina hoje por Israel. Vaga nascida da histeria de guerra atiçada no país, do sensível agravamento das condições de vida do povo, sacrificado às "necessidades de defesa". Em cada 100 000 pessoas são anualmente cometidos três assassinatos. Estes os números negros de Israel, superiores aos registados no Japão, na França, na Áustria e em muitos outros países capitalistas.

A acentuação da desigualdade social contribui, em não pequena medida, para o acréscimo de delinquência. Mais de um quarto das crianças de idade inferior a 14 anos encontram-se em estado de subalimentação crónica, 25 000 crianças não têm possibilidades de frequentar a escola. Uma escola impregnada de uma educação profundamente racista e militarista, do culto do sionismo que aponta os judeus como "raça eleita por Deus". O culto do terror e da barbárie, o ódio à população árabe, são aspectos básicos da "formação" ideológica da juventude israelita.

Da "formação" ideológica passa-se à prática. Grupos de extremistas sionistas, encorajados pelas autoridades de Tel-Aviv, prosseguem na sua senda de roubo de terras aos árabes. Actualmente esforçam-se por retirar à população árabe de Hebron a área do mercado, a pretexto de que em tempos idos tal zona teria sido um bairro judeu. Embora opondo-se verbalmente à constituição de zonas paramilitares, o Governo de Israel nada faz para impedir que grupos de sionistas extremistas declarem cínica e arrogantemente ter o direito de se instalar em qualquer parte do território circunscrito pelas "fronteiras bíblicas". Mais de 60 campos militares sionistas estão implantados por todo o território árabe ocupado. Milhares de hectares de terras árabes foram roubadas na Galileia. Em Maio-Junho do ano em curso, Tel-Aviv aprovou um novo plano de "valorização" de terras árabes, o que significa de facto novas anexações e sobretudo a criação de uma situação de ocupação de facto do território árabe por população israelita, reforçando as dificuldades para a futura solução do problema do Médio Oriente.

Com o seu corolário de violência, a rapina continua. Fomentando e participando activamente em fulcros de tensão e guerra, a "terra prometida" é, ela própria, um centro de crime e de delinquência.

O POVO ESPANHOL BATE-SE PELA LIBERDADE HOJE NEGADA

Pela terceira vez em três meses, e a segunda no Governo de Suarez, recorre-se a uma lei promulgada em 1968 (em plena ditadura franquista) para restringir a liberdade de informação. Desta vez estão em causa o secretismo das discussões do gabinete sobre a tão propalada "reforma", e a proibição à Imprensa de publicar quaisquer pormenores das mesmas.

Estes factos apontam para o verdadeiro carácter do actual governo espanhol. Pela utilização sistemática de uma lei fascista. Pelo próprio motivo invocado para essa utilização. Na verdade, o Governo espanhol deseja encobrir aos olhos das massas populares o verdadeiro conteúdo e a raíz das "reformas" que prepara. Deseja, a todo o custo, evitar qualquer laivo de participação popular num debate em que as massas trabalhadoras seriam as primeiras interessadas.

As restrições à liberdade de Imprensa, e muito em particular o que com tais restrições se pretende encobrir, são apenas um dos aspectos que pode caracterizar a real política do governo de Suarez, independentemente da imagem que deseja criar a nível interno e externo. As proporções ridículas da "amnistia", a continuidade da utilização da repressão contra manifestações populares, a surdez face às reivindicações populares, são aspectos ainda mais marcantes de o conteúdo de uma política.

Contrapondo-se à política reaccionária do Governo, prossegue a luta do povo espanhol, destacando-se neste momento a luta dos controladores do tráfego aéreo, cujas reivindicações fundamentais o Governo continua a não atender. Três mil trabalhadores da fábrica dos grandes armazéns "El corte inglês", que realizaram uma concentração para protestar contra vários despedimentos, foram alvo da acção repressiva da polícia. Em La Corunha, encontram-se em greve três mil operários da construção civil, que reivindicam, entre outros pontos, um aumento salarial. Também em La Corunha, a polícia voltou a reprimir, dispersando cerca de 3 mil pequenos agricultores que protestavam contra a expropriação das suas terras para dar lugar a um complexo industrial. Na Biscaia, cerca de 20 mil pessoas protestaram contra a instalação de centrais nucleares no país basco. Em Sória, cerca de mil pessoas reivindicaram a readmissão dos despedimentos da empresa Revilla, a amnistia e um sindicato operário único. Em Rio Tinto, cerca de 500 mulheres protestaram contra o aumento de preços e o desemprego. Em Alicante depois de prender vários membros do PSOE, que distribuiram panfletos contra o aumento do custo de vida, a polícia revistou a sede local dos socialistas.

O "Sovietskaya Rossiya", órgão do Governo da Federação Russa da URSS, sublinhava, em recente artigo sobre a situação em Espanha, que "o povo espanhol ainda não conseguiu a sua liberdade". Esta a realidade que nenhuma máscara pode encobrir. A realidade de um país não se altera com demagogia, a sua libertação não pode ser nunca obra dos que não podem deixar de estar interessados em levantar o maior número de obstáculos possível a tal processo. O povo espanhol ainda não conheceu a liberdade, mas amplia a luta para a tornar realidade na sua pátria.

CIDADE INTERNACIONAL

Exposições e bancas de vendas de produtos e recordações de todo o mundo

dias 24, 25 e 26 de Setembro

Feira Internacional de Lisboa

NA FESTA DO **«Avante!»**

FRANÇA: A FALÊNCIA DE UMA POLÍTICA

Esboroado o governo de Chirac pela agudização das contradições no seio da maioria presidencial, fruto do malogro da política económica e social do poder — a nomeação de Barre para primeiro-ministro e o novo governo agora constituído, não auguram nada de bom para as massas trabalhadoras francesas.

Comentando a nomeação de Barre, o Partido Comunista Francês alerta para o agravamento da política de austeridade. Uma política de austeridade visando os trabalhadores e não, naturalmente, os detentores do capital. Aponta também para uma maior dependência política, em particular em relação a Washington, num processo que se tem vindo a acentuar desde o afastamente de De Gaulle.

O patronato francês já manifestou a sua satisfação pela solução momentaneamente alcançada. Ceyrac, presidente do Centro Nacional do Patronato Francês, aconselha uma política de "moderação de rendimentos". Alguns rendimentos, como logo esclarece — os rendimentos dos trabalhadores. Na opinião de Ceyrac, tal "moderação" nos salários dos trabalhadores, permitiria às empresas francesas manterem-se "competitivas". A velha receita do capital, de fazer recair o peso das crises do sistema sobre os ombros dos trabalhadores.

Entretanto, os sindicatos, as massas trabalhadoras francesas, não estão dispostas a ceder à política patronal, que é a política do Governo francês. Estão previstas greves de protesto contra o aumento do custo de vida. No ano pasado os preços aumentaram cerca de 11%. As ameaças de congelamento de salários, ainda que formalmente tal medida seja afastada como "policial", não deixam de ser uma realidade.

Há muitas formas subtis de a impor.

A mudança no governo "exprime dificuldades crescentes do Poder em aplicar a política do grande capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores", afirma o Partido Comunista Francês. São crescentes as dificuldades do governo, não só em impor ao país a sua própria política, que entra em contradição com os interesses da maioria do povo francês, mas também em responder a uma crise que afecta todo o mundo capitalista, e para que não existe qualquer saída dentro do sistema.

Por acréscimo, a França debate-se com as peias que lhe cria um sistema de poder, criado pelo gaulismo, mas que hoje atrapalha os movimentos das várias componentes da "maioria", defensora dos interesses do capital. As cisões no seio dessa maioria, demasiado evidentes em períodos de crise como o que agora se atravessa, põem em risco a própria continuidade do actual sistema, o que obriga a uma difícil ginástica para preservação de uma unidade podre.

Sobre as dificuldades económicas, sobre as incapacidades e desinteligências, e reflectindo-se nelas, paira o "espectro" das novas eleições. O medo dos resultados eleitorais, que cada vez apontam mais para uma vitória da unidade de esquerda. Um medo que corroe os governos e simultaneamente exige novos esforços de unidade da direita. Um medo que afecta também o imperialismo a nível mundial, e que permite que Poniatowski, do Partido Republicano Independente, se mantenha inamovível no seu cargo no Ministério do Interior. Para que uma polícia eficiente ajude a garantir, por mais algum tempo, os privilégios do capital.

KISSINGER E VORSTER: ESFORÇOS CONJUGADOS CONTRA A ÁFRICA AUSTRAL

Nestes próximos dias, Vorster e Kissinger vão-se sentar à mesa de conversações em Zurique. Tema único, como base de discussão — a situação na África Austral.

Justifica-se amplamente o exclusivo do tema. A premência do encontro. A violência das respostas de Vorster e Smith à luta libertadora, reflecte, sem dúvida, a ideologia que enferma o racismo. Mas reflecte também o desespero, o medo que se apossou dos senhores de Pretória e Salisbúria. Face à falência evidente de todas as formas de repressão que vêm a ser utilizadas, o patrão de Washington dá directrizes novas, alia demagogia e repressão numa táctica global, incapaz de vergar a vontade libertadora dos povos africanos da África Austral.

A África do Sul debate-se com uma crise económica particularmente aguda — crise que se insere na crise geral do capitalismo, de que o maior peso se abate sobre os países dependentes, crise agravada com a actual situação política interna do País. O défice da balança de pagamentos da África do Sul atingiu o número recorde de 1 958 000 000 rands.

Por outro lado, a crise política é evidente. A brutal intensificação da repressão não está a atingir os objectivos desejados. As três centenas de mortos de Soweto (segundo números oficiais) não largaram as raízes do medo nos peitos dos combatentes da liberdade na África do Sul. São bandeira e exemplo que frutificará no nascimento para a luta de muitos outros africanos, no reforço da determinação dos que já hoje se batem contra a iniquidade do racismo e da opressão.

Recorrendo aos velhos métodos de divisão entre os trabalhadores, das massas vítimas da opressão e do racismo, Vorster e C.ª têm posto um acento muito particular no tribalismo. O tribalismo está a ser utilizado nos esforços conducentes a uma pretensa independência da Namíbia, com um governo-fantoche, a soldo de Vorster. O tribalismo está igualmente a ser utilizado contra o movimento revolucionário dos trabalhadores africanos, na sua luta corajosa pelo fim do *apartheid* e a libertação do país. Neste contexto, ganham particular importância as declarações do chefe político dos zulus (que têm vindo a ser empregues como tropa de choque contra as massas populares africanas em luta, e continuam ainda a sê-lo), que afirmou num comício nos subúrbios de Soweto: "A chave da liberdade é a unidade e a solidariedade. Todos os negros deste país vivem oprimidos e se quisermos ser livres temos de nos unir".

Na Rodésia, foram proferidas condenações à morte contra oito patriotas. Mas a luta, apesar das dificuldades, prossegue.

A actual conjuntura política em África é francamente favorável às forças libertadoras e anti-imperialistas. O imperialismo ver-se-à forçado a ceder, a entrar por caminhos complexos e acidentados. O seu objectivo é retardar quanto possível o inevitável. Manter ainda zonas formalmente livres — ainda que sob sua tutela — onde hoje se desenvolve a luta pela verdadeira liberdade. Os seus esforços serão baldados. Mas é este esforço, o debate pela sua concretização, que estará sobre a mesa de trabalho de Vorster e Kissinger.

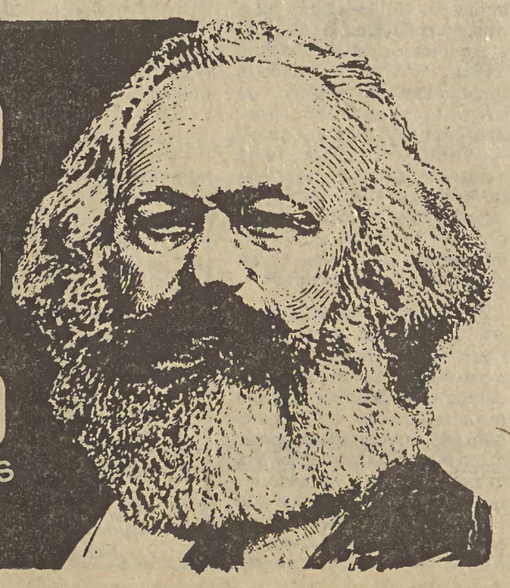
de novo à venda

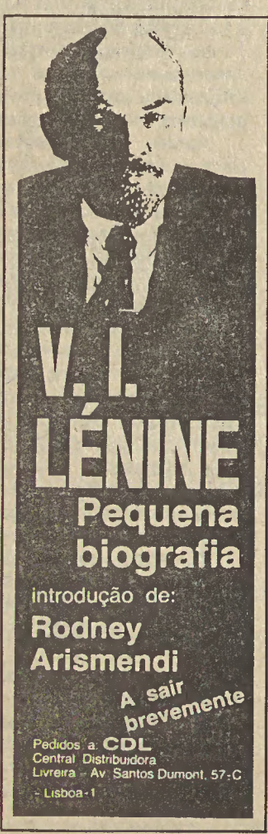
INTRODUÇÃO AO MARXISMO

Uma concepção científica do mundo • Leis do desenvolvimento social • A sociedade capitalista • A fase imperialista do capitalismo • As lutas de classes e o Estado • A sociedade socialista • A concepção marxista da natureza • Um guia para a acção.

Emile Burns

Colecção: CADERNOS DE INICIAÇÃO AO MARXISMO-LENINISMO
Distribuição CDL — Central Distribuidora Livreira — Av. Santos Dumont, 57-C – Lisboa-1





V. I. LÉNINE
Pequena biografia
introdução de:
Rodney Arismendi
A sair brevemente
Pedidos a: CDL Central Distribuidora Livreira - Av. Santos Dumont, 57-C - Lisboa-1

SOLIDARIEDADE ALENTEJANA COM AGRICULTORES DO MONDEGO

Numa manifestação de solidariedade, a Cooperativa 1.º de Maio emprestou aos pequenos agricultores do Baixo Mondego duas máquinas para a ceifa do arroz, pagando estes apenas o gasóleo

No passado dia 15 de Agosto realizou-se em Avis, nas instalações da Cooperativa "1.º de Maio", um encontro entre trabalhadores daquela cooperativa e uma delegação da Cooperativa Agrícola de Montemor-o-Velho (ex-Grémio) que ali se deslocou para solicitar o empréstimo de máquinas-ceifeiras a utilizar na colheita do arroz do Baixo Mondego.

Com isto a cooperativa de Montemor-o-Velho pretende ajudar os pequenos agricultores do concelho, que este ano se viram a braços com uma forte seca e cujas colheitas se perderam em grande parte.

Por outro lado, os alugadores de ceifeiras, que no ano passado levaram a 800$00 e 900$00 à hora, este ano começaram já a falar em 1000$00, o que viria a agravar ainda mais os já elevados prejuízos devidos à seca.

O encontro entre os responsáveis pelas duas cooperativas decorreu em ambiente de grande entusiasmo e alegria pois os agricultores do Norte puderam ver com os seus próprios olhos o esforço heróico dos trabalhadores alentejanos, puderam ver centenas de hectares de restolho de trigo acabado de ceifar, puderam ver dois celeiros cheios de grão até ao telhado, um deles um celeiro insuflável (isto é, ergue-se enchendo-se como se fora um balão), puderam ver centenas de vacas e bezerros, dezenas e dezenas de hectares de grão-de-bico, de tomate, de feijão e de arroz.

UMA BARRAGEM

No entanto, o que mais espantaria os agricultores de Montemor-o-Velho foi uma barragem de terra, já feita pelos trabalhadores, e destinada a reter as águas das chuvas e que, apesar da seca deste ano, ainda tem capacidade para regar mais de uma centena de hectares de milho.

Quando os trabalhadores começaram a fazer a barragem os antigos agrários (que nada faziam por um melhor aproveitamento da terra) lançaram uma campanha de calúnias acusando-os de irem gastar dinheiro sem resultado nenhum.

Mas lá, junto à barragem, podem ver-se os resultados. Em plena seca, a água não falta, a água nunca faltou e o milho cresceu à altura de um homem e a espiga encheu.

Hoje, em Avis, as mentiras dos antigos agrários viraram-se contra eles próprios, hoje toda a população sabe que só os trabalhadores poderão com o seu trabalho e dedicação, desenvolver a agricultura da região.

Presentemente, toda a população tem à sua disposição um supermercado com carne, peixe e restantes bens essenciais, tudo a preços baratos porque o que move os heróicos trabalhadores alentejanos não é a mira do lucro ou a roleta do casino, o que os move é a procura de uma vida mais justa e melhor para todos e o que os faz avançar é o espírito de unidade e a consciência de classe.

A unidade entre pequenos agricultores e trabalhadores sem terra foi decisiva em Avis. Dantes havia desempregados, homens que queriam trabalhar e não tinham onde, apesar de os antigos agrários terem terras e terras em pousio.

ALARGA-SE A SOLIDARIEDADE

Hoje todos têm ordenado fixo ao fim do mês. Todos têm férias. Todos têm as mesmas regalias que os operários das fábricas. Ninguém passa fome, ninguém deixa os filhos abandonados pela rua porque têm uma creche onde podem brincar à vontade e estudar. A sua consciência política diz-lhes que é preciso ajudar os companheiros de outras regiões com maiores dificuldades. Esta a razão deste gesto de solidariedade que é o envio das máquinas-ceifeiras aos agricultores do Baixo-Mondego. Acabamos de saber que a solidariedade se alarga. A Cooperativa "21 de Fevereiro", de Benavila, e outras regiões do Couço, também se integraram nesta magnífica campanha de solidariedade aos pequenos e médios agricultores da extensa região do Baixo Mondego.

MINISTRO FASCISTA TENTA BOICOTAR A ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM VISEU

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Viseu denuncia as manobras reaccionárias do agrário Santos Costa, ministro da Guerra durante a ditadura salazarista

"Um verdadeiro desafio aos trabalhadores agrícolas e ao seu Sindicato" eis como o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu caracteriza a atitude do patrão Santos Costa, principal proprietário do lugar de Alcafache, concelho de Mangualde. A esta qualidade de grande agrário enriquecido à custa do suor dos trabalhadores, o senhor Santos Costa acrescenta um "brilhante" curriculum ao serviço do regime fascista. Na verdade não se trata de um homónimo mas do tristemente célebre Santos Costa, colaborador de Salazar e ministro da Guerra na ditadura. Com tal biografia não são, pois, de espantar as recentes façanhas do senhor Santos Costa.

Logo após a contituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Viseu, numa assembleia realizada a 8 de Agosto em Lamego com a presença de cerca de 600 trabalhadores e precedida por assembleias em freguesias onde se registou uma boa mobilização, o agrário Santos Costa resolveu reduzir o horário de trabalho de 8 para 6 horas a seis trabalhadores que tem empregados e diminuir-lhes o salário de 90$00 para 57$50. "As condições de vida já miseráveis destes trabalhadores ficaram assim mais agravadas pela diminuição de trabalho arbitrária e sem qualquer justificação", afirma o Sindicato, acrescentando que tal medida constitui um insulto ao Portugal democrático nascido a 25 de Abril e é frontalmente contra os direitos dos trabalhadores, garantidos na Constituição.

Além destas medidas violadoras dos direitos dos trabalhadores, o ex-ministro de Salazar ameaça com o desemprego, recusa-se a fazer as redras (arrendamentos) impedindo alguns trabalhadores de ganharem o seu salário, ameaça deitar abaixo os pomares onde trabalha mais mão-de-obra e contrata pessoal do Douro com comida e dormida e com salários superiores aos que paga na freguesia.

Se isto não se chama sabotagem económica, então o que será sabotagem económica? — pergunta cada vez maior número de trabalhadores alertados para as acções dos patrões reaccionários e inquietos com a impunidade de que gozam estes senhores agrários.

A Comissão Directiva do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Viseu, ao mesmo tempo que mobiliza os trabalhadores para a luta contra a exploração, denuncia as façanhas do colaborador de Salazar, as quais se enquadram numa campanha da reacção movida contra a organização sindical dos trabalhadores agrícolas recordando os boicotes à constituição deste Sindicato, a Comissão Directiva Sindical afirma que os grandes patrões reaccionários procuram a todo o custo impedir que ele se radique e salienta que "a constituição deste Sindicato é uma importante vitória de todos os trabalhadores agrícolas do distrito".

Na realidade, só organizados e unidos na base da sua associação de classe os trabalhadores poderão lutar contra senhores da laia de Santos Costa, derrotando a reacção e impondo os seus legítimos direitos.

OS COMUNISTAS NA VANGUARDA DA SOLIDARIEDADE

Comunistas e outros trabalhadores da Damaia e da Margem Sul participaram em jornadas de trabalho e solidariedade em cooperativas agrícolas — duas iniciativas a juntar a muitas outras

Desde sempre nas primeiras fileiras do exército de solidariedade à Reforma Agrária, os comunistas têm prosseguido a realização de jornadas de trabalho na zona da Reforma Agrária, reforçando assim a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo. Uma das últimas iniciativas foi promovida pelo Centro de Trabalho do nosso Partido na Damaia, que organizou no passado domingo um dia de trabalho na Cooperativa "Flor do Alentejo", próximo de Alvalade do Sado.

Um autocarro com 70 militantes e simpatizantes do nosso Partido partiu às 5 horas da manhã para a Cooperativa rumo a um dia de trabalho distribuído pela recolha e arrumação da cortiça e apanha de tomate, cujos resultados encheram de alegria os trabalhadores da Cooperativa.

Na "Flor do Alentejo" trabalham 13 homens e 13 mulheres. A cooperativa compreende duas herdades, "Vale de Lande" com 416 ha e "Castelhana" com cerca de 149 ha, e encontra-se integrada numa União de 22 Cooperativas com sede provisória na União Cooperativa "Seara Vermelha".

A "Flor do Alentejo" apenas entrou em funcionamento a 20 de Outubro de 1975, mediante autorização do IRA, pois as duas herdades encontravam-se completamente abandonadas e com uma hipoteca de 4000 contos que foram levados pelo proprietário fugido para o Brasil. Ainda que debatendo-se com graves problemas, a "Flor do Alentejo" tem hoje gados, cereais, cortiça e tomate, destacando-se nas colheitas — 700 sacos de trigo, 300 de aveia — tendo-se conseguido uma seara de tomate de 13 hectares e a apanha de 3500 arrobas de cortiça. Estes resultados só foram possíveis graças ao esforço heróico dos trabalhadores, que recebem 160$00 diários, reservando 20$00 para um fundo de melhoramentos.

Analisando o trabalho desenvolvido na "Flor do Alentejo", um camarada participante na jornada de solidariedade salientou:

"Só um grande esforço e sacrifício sem conta permitiram transformar estas herdades numa cooperativa cujas potencialidades, se contarem com o apoio das entidades oficiais, contribuirão para o fortalecimento económico através do aumento de produção. Mas os créditos agrícolas terminam a 31 de Outubro e esta Cooperativa sente já certo tipo de boicotes e resistências que muito angustiam os trabalhadores. Em face disto, resolveu o Centro de Trabalho do nosso Partido na Damaia desenvolver uma campanha de Fundos para a "Flor do Alentejo". Qualquer camarada ou amigo que queira colaborar deve dirigir-se ao Centro de Trabalho da Damaia, na Av. Fontes Pereira de Melo. Contamos que muitos camaradas e amigos correspondam ao apelo. Trata-se de com a nossa solidariedade activa ajudar a consolidação da Reforma Agrária, defendendo-a dos boicotes da reacção e dos que lhe fazem o jogo".

«REVOLUÇÃO EM MARCHA"

Cerca de 26 toneladas de tomate foram colhidas por 250 camaradas e amigos que, em jornada de solidariedade, se deslocaram de Almada, Cova da Piedade e Seixal à cooperativa "Revolução em Marcha". Esta cooperativa formada a 11 de Novembro de 1975, com a terra quase integralmente inculta, sem máquinas, sem gado e dispondo de um conjunto de casas em ruinas, foi erguida devido ao trabalho sem desfalecimentos dos operários agrícolas e camponeses. Como resultado deste trabalho encontram-se semeados 40 hectares de milho de sequeiro. A produção de trigo aumentou e espera-se uma colheita de tomate de 450 toneladas. Hoje existem já 60 cabeças de gado e um tractor com atrelado. As casas, embora melhoradas necessitam, no entanto, de urgente reparação, pois aproxima-se o Inverno e chove lá dentro. O facto desta reparação não ter sido feita demonstra bem como os trabalhadores colocam, numa ordem de prioridades, os interesses colectivos acima dos interesses individuais.

No decorrer desta jornada de trabalho que uniu trabalhadores da margem Sul, comunistas e outros democratas, desde o operário metalúrgico ao empregado bancário, os trabalhadores da Cooperativa falaram longamente das dificuldades que enfrentam, as quais são partilhadas pela maior parte das cooperativas e unidades colectivas de produção assoladas por uma nova onda de boicotes. Como conclusão unânime, destacou-se a certeza dos trabalhadores da cidade e do campo de que a solidariedade militante é mais do que nunca uma arma na defesa da Reforma Agrária e que o reforço da aliança entre operários da indústria e outros trabalhadores com o proletariado rural e o campesinato constitui uma barreira a todas as formas de pressão contra as cooperativas e unidades colectivas de produção.

Uma ajuda aos trabalhadores alentejanos...

...e uma jornada de aprendizagem política

A LEI SOBRE O ARRENDAMENTO RURAL NÃO PREJUDICA OS SENHORIOS POBRES

Uma das formas de que se reveste a acção divisionista das forças reaccionárias nos campos, organizadas na famigerada CAP, tem consistido em lançar os senhorios pobres contra a Lei do Arrendamento Rural.

Na realidade o que sucede é que a Lei do Arrendamento Rural não só não se opõe aos interesses dos senhorios pobres como ainda acautela os seus interesses.

Assim, e manifestando a sua preocupação com os senhorios pobres e particularmente com os que são obrigados a darem as terras de renda por estarem velhos de mais para as cultivar, os rendeiros acrescentaram às suas reivindicações, as exigências de *garantia de indemnização aos senhorios pobres, no caso do cumprimento da lei do arrendamento rural os deixar com precários meios de subsistência, e atribuição de pensões de velhice aos senhorios pobres em idade de reforma.* Por outro lado e, ao contrário do que tentam fazer crer as forças reaccionárias, a maior estabilidade que os prazos de arrendamento previstos na lei garante ao rendeiro *não se opõe aos interesses dos senhorios pobres porque estes, desde que demonstrem que tal é necessário à sua subsistência, poderão cultivar a terra por conta própria.*

Ao acautelarem a defesa dos interesses dos senhorios pobres, os rendeiros organizados no Movimento de Agricultores Rendeiros do Norte, MARNE, neutralizaram as oposições ao decreto-lei sobre Arrendamento Rural, provocadas pelos grandes senhorios exploradores. E ao acrescentarem às suas reivindicações a exigência de garantia dos interesses dos senhorios pobres, os rendeiros deram mais um importante passo para a unidade das massas trabalhadoras do campo.

O QUE SE PASSA COM AS RAÇÕES PARA GADO?

Que interesses estão a jogar contra os pequenos e médios agricultores?

O que se passa com as rações de gado? Eis a interrogação que nos coloca perplexo e angustiado um pequeno agricultor do concelho de Arruda dos Vinhos.

Conta-nos este pequeno agricultor que o comerciante onde costuma adquirir as rações de gado, lhe declarou que estas se encontravam esgotadas. Não sabendo o que fazer, queixou-se a alguns amigos. Um destes chamando-o de parte, enviou-o a um armazém de Lisboa, em seu nome, onde encontraria "de certeza rações". Ainda que discordando do método, mas ansioso por resolver o seu problema, o nosso amigo dirigiu-se ao dito armazém de Lisboa onde lhe franquearam as portas — só após ter dito o nome de quem o enviava — e qual não foi o seu espanto ao ver o armazém repleto de rações! O armazenista vendeu-lhe quanto este pequeno agricultor desejava, mas adiantou-lhe que "não o fazia a toda a gente e ele era uma excepção "só por vir em nome de quem vinha."

O amigo que nos escreve, apesar de ter o seu problema resolvido, não esquece os interesses de outros pequenos agricultores que não têm nomes bem soantes para apresentar e interroga-nos: "Como é isto possível? Voltámos aos tempos antigos?"

A nossa interrogação é a mesma: que se passa com as rações de gado? Procede-se como nos tempos do fascismo em que havia para os grandes e nunca para os pequenos? Como é possível a retenção no armazenista? Será que estes esperam um aumento nas rações de gado para então milagrosamente estas deixarem de estar esgotadas? Que interesses e, sob que protecção, estão a jogar-se contra os pequenos e médios agricultores? Será consentindo nestas formas de sabotagem que o Estado garante a realização da Reforma Agrária e o apoio aos pequenos e médios agricultores consignados na Constituição?

CIDADE DO LIVRO E DO DISCO
NA FESTA DO
«Avante!»
dias 24, 25 e 26 de Setembro
Feira Internacional de Lisboa

O PCP e a Luta pela Reforma Agrária
CADERNOS DO PCP
edições Avante!

DE NOVO À VENDA
Textos desde 1943 até aos nossos dias
Avoz do Partido da classe operária e de todos os Trabalhadores
Distribuição CDL
Central Distribuidora Livreira
Av. Santos Dumont, 57-c Lisboa 1